



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**“A FUGA PARA TRÁS”: Um estudo sobre o retorno às zonas de risco
de cheias por parte da população do distrito de Chókwè**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Énia da Tânia Leonardo

Supervisor:

Dr. Baltazar Samuel Muianga

Maputo, Novembro de 2014

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Titulo:

**“A FUGA PARA TRÁS”: Um estudo sobre o retorno às zonas de risco
de cheias por parte da população do distrito de Chókwè**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora:

Énia da Tânia Leonardo

Supervisor:

Dr. Baltazar Samuel Muianga

Maputo, Novembro de 2014

**“A FUGA PARA TRÁS”: Um estudo sobre o retorno às zonas de risco
de cheias por parte da população do distrito de Chókwè**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Énia da Tânia Leonardo

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Supervisor: Dr. Baltazar Samuel Muianga

O Júri

O Supervisor:

O Presidente:

O Oponente:

Maputo, Novembro de 2014

Índice

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Abreviaturas	iv
Resumo	v
Summary	vi
Introdução	1
Capítulo I- Da revisão da literatura ao problema de pesquisa	8
Capítulo II- Enquadramento Teórico e Conceptual	14
2.1. Quadro teórico	14
2.2 Definição e operacionalização dos Conceitos.....	17
2.2.1. Risco	17
2.2.2. Percepção	20
2.2.3. Percepção de Risco	21
Capítulo III – Metodologia	23
3.1Método de Abordagem	23
3.2Método de Procedimento	24
3.3Técnica de recolha de dados	24
3.4Grupo-alvo	25
3.5Constrangimentos e Limitações do Estudo.....	26
Capítulo IV - Apresentação e Discussão dos Resultados	28
4.1Caracterização do Distrito de Chókwè	28
4. 2Descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados.....	30
4.3. Vivenciando experiências de cheias	32
4.4Percepção social sobre o risco de cheias.....	37
4.4.2Risco de cheias como potencialidade a vitimização pelas cheias	39
4.5Reincidência a convivência com o risco de cheias	43
4.5.1. Da ausência a presença de condições de vida	43
5. Considerações Finais	48
Referências Bibliográficas	50
Outros Documentos	52
ANEXOS	53
Anexo 1: Guião de Entrevistas	53

Declaração de Honra

Eu, Énia da Tânia Leonardo, declaro em minha honra que esta monografia com o título “A FUGA PARA TRÁS”: Um estudo sobre o retorno às zonas de risco de cheias por parte da população do distrito de Chókwè é da minha autoria, e nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico, constituindo o resultado da minha investigação pessoal, feita com base em fontes citadas no texto e indicadas na bibliografia.

Énia da Tânia Leonardo

Maputo, Novembro de 2014

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, os melhores do mundo (Leonardo Mavira e Lúcia Carlos), por serem a razão da minha existência e por sempre me terem ensinado que a educação era a melhor arma que um pai daria ao filho e a escola era o melhor lugar para frequentar; pois, não aprenderia somente o 1+1, como também o ABC da vida.

Agradecimentos

Acima de tudo e de todos, agradeço a Deus, o senhor onipotente, autor de tudo o que sou e sei, sonho, amo e defendo.

Profunda e infinitamente, agradeço aos senhores, Leonardo Mavira (meu pai) e Lúcia Carlos (minha mãe), que, apesar de todos os embaraços da vida, me educaram e confiaram em mim. E não me cansarei de agradecer pelo esforço empreendido e zelo ao longo desses anos todos para a minha formação e crescimento na vida em todas vertentes.

Imensa gratidão vai ao distinto professor, meu supervisor, Dr. Baltazar Samuel Muianga, em razão de que soube desde o início acolher os meus primeiros rabiscos com empenho, paciência, críticas e sugestões construtivas; o que hoje se tornou num trabalho científico. E, também, agradeço a todos os docentes do Departamento de Sociologia porque ao longo desses anos me *sociologizaram* e contribuíram significativamente, com as suas peculiaridades distintas, para a minha formação e competência académicas.

Aos meus estimados irmãos (Generoso Leonardo, Leliana Leonardo e Ingina Leonardo), meus motivos para continuar a lutar pela vida. Meu muito obrigado maninhos por serem os verbetes da minha vida; aos meus tios e primos, agradeço de coração pelo carinho, esforço, apoio e suporte dado ao longo deste percurso.

Hoje sei que nada se consegue só; portanto, agradeço pela amizade, apoio, carinho, dedicação, colo e conselhos às minhas amigas, ao meu companheiro e ao meu padrinho: Lúcia, Lúcia, Jesuina, Mohomede, Issufo, Deonilda, Selinah, Olinda, Rogério e Mano Gimo, respectivamente. Aos meus colegas do grupo, cúmplices da academia: o grupo nº 1: Olga, Genifer, Esménio e Olívia. Às minhas colegas do quarto 004 no Tangará, obrigada por me aturarem e pela convivência durante este percurso.

Como não podia deixar de ser, agradeço de forma especial ao INGC por todo o apoio prestado, particularmente à Dra. Maria Lapa, ao Dr. Higino, Eng. Torres e ao Senhor Mazive e a toda a comunidade de Chiaquelane por terem feito parte deste trabalho e pela abertura das entrevistas, particularmente às donas, Celeste Matusse, AtáliaNgovene, JordinaCuna e ao Senhor Macia, pela colaboração. Sem vocês este trabalho não teria sido realizado.

Lista de Abreviaturas

AFs	Agregados Familiares
CIES	Centro de Investigação e Estudos em Sociologia
EFSA	Avaliação Quantitativa da Situação da Segurança Alimentar
GRC	Gestão de Risco de Calamidades
ICRC	Comité Internacional da Cruz Vermelha
IFRC	Federação Internacional da Cruz Vermelha
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
INSAN	Insegurança Alimentar
MAE	Ministério da Administração Estatal
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
ONU	Organização das Nações Unidas
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNFCCC	Convenção Quadro da ONU sobre Alterações Climáticas
UNICEF	Organização das Nações Unidas para a Infância

Resumo

Ao longo deste trabalho procuramos compreender a relação que se pode estabelecer entre a percepção de risco de cheias e o retorno dos indivíduos às zonas de risco.

Estudamos a realidade das populações do distrito de Chókwè; enquanto zona devastada pelas cheias de 2013. Refira-se que após o reassentamento das respectivas vítimas, estas retornaram àquelas zonas no período pós cheias. Procurando valorizar o conhecimento leigo acumulado e posto em prática no quotidiano dos indivíduos - à luz dos conceitos de estoque de conhecimento e motivações recorremos a fenomenologia de Schutz. Estes conceitos permitem compreender o processo de construção e atribuição de significados, em contextos de risco de cheias e da racionalidade no retorno às zonas de risco.

Exploramos a subjectividade dos entrevistados com recurso a abordagem qualitativa; por outro lado, recorremos ao método indutivo e à redução fenomenológica para abordar as experiências dos entrevistados. Trabalhamos com dados de natureza bibliográfica, documental e com informação recolhida com recurso a entrevista semi-estruturada, administrada junto de 19 pessoas identificadas com base na amostra convencional.

Os dados interpretados mostram que as experiências das cheias, vivenciadas pelos entrevistados, são reduzidas à perdas e destruição. E estes são a base da construção das duas categorias de construção de riscos: a potencialidade à vitimização pelas cheias e as perdas e desgraças. De acordo com estes dados, o retorno às zonas de risco é motivado pela ausência de condições favoráveis nas zonas seguras (de reassentamento); o que faz com que as populações optem pelo retorno às zonas de origem (vulneráveis), mesmo tendo consciência do risco que correm. Concluímos, assim, que as satisfações das necessidades elementares à sobrevivência são o principal factor que condiciona o regresso da população às zonas que elas mesmas reconhecem ser de risco.

Palavras-chave: *Risco, percepção social, percepção de risco, motivação, estoque de conhecimento.*

Summary

Throughout this paper we seek to understand the relationship that can be established between the perception of flood risk and the return of people to risk areas.

We study the reality of the people of the district of Chókwè; as an area devastated by the floods of 2013, it is noted that after the settlement of their victims, they returned to those areas in the post flood period. Looking to cherish lay knowledge accumulated and put into practice in the daily life of individuals in the light of the concepts of knowledge stock and motivations appealed the phenomenology of Schutz. These concepts allow us to understand the process of construction and attribution of meaning in the context of flood risk and rationality in return to risk areas.

Explore the subjectivity of respondents using a qualitative approach; On the other hand, we appeal to the inductive method and the phenomenological reduction to address the experiences of respondents. Work with data of the literature, documentary and information collected using semi-structured interview administered along with 19 people identified based on conventional sample.

The interpreted data show that the experiences of the floods experienced by respondents, are reduced the loss and destruction. And these are the basis of the construction of two types of construction risks: the potential for victimization and flood losses and misfortunes. According to these data, the return to risk areas is motivated by the lack of favorable conditions in safe areas (resettlement); what makes people opt for return to areas of origin (vulnerable), even being aware of the risk. We conclude that the satisfactions of basic survival needs are the main factor that determines the return of the population to areas that they themselves acknowledge to bear risk.

Keywords: Risk, social perception, risk perception, motivation, knowledge stock.

Introdução

O presente trabalho é desenvolvido no âmbito do cumprimento parcial dos requisitos estabelecidos para o nível de licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane.

Pretendemos, de uma forma geral, olhar para o retorno das populações às zonas consideradas objectivamente como estando expostas ao risco de cheias.

As cheias são um fenómeno que faz parte das experiências do homem desde os tempos remotos, uma vez que as chuvas são responsáveis pela sua ocorrência. Porém, hoje em dia, as cheias podem ocorrer sem que haja precipitação, bastando uma fuga de águas que provoque enchente. A preocupação com este fenómeno nem sempre foi a mesma em todos os estágios de desenvolvimento da humanidade. Nos últimos séculos; as cheias têm merecido muita atenção, considerando que de 1990 a 1999 o mundo conheceu um total de 4864 desastres, tendo causado um total de 592.537 mortos, afectando cerca de 2 biliões de pessoas e causando prejuízos de mais de 700 milhões de dólares americanos (IFRC, 2000)¹.

A ocorrência deste e de outros fenómenos associados a esta calamidade leva a que as atenções tenham incidência sobre as questões climáticas. Esta concertação é compreensível na medida em que garante a mitigação e controle das calamidades, em particular as cheias.

De acordo com MICOA (2005), pelo menos 70% dos desastres naturais que ocorrem no mundo estão directamente associados às condições meteorológicas. Com isso, a problemática das mudanças climáticas tem vindo a preocupar, cada vez mais, a comunidade científica e a população em geral. Além do mais, de acordo com previsões

¹ IFRC (Federação Internacional da Cruz Vermelha); note que a IFRCealCIRC (Comité Internacional da Cruz Vermelha) duas organizações da Cruz Vermelha sediadas na Suíça, sendo a IFRC dedicada a operações de socorro em auxílio de vítimas de calamidades, combinado isto com trabalho de desenvolvimento tendo em vista reforçar as capacidades das sociedades nacionais seus membros.

oficiais, as mudanças climáticas contínuas resultaram num aumento da frequência dessas situações.

A preocupação com o fenómeno cheias surgiu no princípio da década 80, e influenciou em 1988 a criação do Painel Inter-governamental para as Alterações Climáticas, responsável pela recolha e sistematização da informação sobre o fenómeno e elaboração de um conjunto de relatórios que tiveram influência na adopção da Convenção Quadro da ONU sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) e do Protocolo de Kyoto. (Abdula et al, 2005).

O protocolo de Kyoto foi adoptado pelas partes da Convenção durante a Terceira Conferência das Partes e teve lugar em Kyoto no Japão em 1997, em reconhecimento da necessidade de se adoptar um instrumento legal que ajudasse a alcançar os propósitos da UNFCCC. Neste protocolo, os países industrializados comprometeram-se a reduzir 5,2% das emissões verificadas em 1990 (ibidem).

Sob ponto de vista dos desastres, as piores cheias ocorreram no Paquistão há 80 anos, afectando 20 milhões de pessoas dos quais 1600 morreram². Na Índia, cerca de 2500 milhões de pessoas ficaram desalojadas e 250 morreram depois das cheias, onde os caudais dos rios subiram ao ponto de submergirem os prédios. Neste sentido, estas cheias são consideradas as piores dos últimos 100 anos³.

No nosso continente, a África Austral, testemunhou no início de 2009, algumas das piores cheias na história da região. Na Namíbia, mais de 100 pessoas morreram e 55 000 ficaram desalojadas, tendo 350 000 perdido os seus meios de subsistência, o que levou o governo a declarar essas cheias como catástrofe nacional. Na Zâmbia, onde as chuvas anuais aumentaram de 900 mm para 1300 mm nos últimos anos, dezenas de milhares de pessoas ficaram sem casa e as colheitas ficaram destruídas; estas cheias são descritas como as piores em 150 anos⁴.

² Para mais detalhes veja em: www.unicef.pt/artigo.php?mid=3&sid, [Consul. 21.03. 2014].

³ Para mais subsídios veja em: www.neccint.wordpress.com/...ban-ki-moon-cheias-no-paquistão-são-`maior-desastre-que-ja-vi/, [Consul. 21.03. 2014].

⁴Para mais aprofundamento deste extracto, confira: www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4956, [Consul. 21.03. 2014].

Quanto à Moçambique, aponta-se que as mudanças climáticas o tornam vulnerável devido à sua localização geográfica (com cerca de 2700 Km da costa, a maior parte dos rios internacionais atravessa o país antes de desaguar no Oceano Índico, superfícies abaixo do nível das águas do mar) temperaturas altas, aridez e pobreza dos solos, ocorrência de doenças endémicas, vias de comunicação deficientes, alto nível de analfabetismo, elevada taxa de natalidade, pobreza absoluta e dependência dos recursos naturais que, por sua vez, dependem da quantidade de precipitação (MICOA, 2007).

A localização geográfica acima descrita constitui um dos principais factores que contribuem para a vulnerabilidade do país aos eventos extremos, na medida em que alguns dos ciclones tropicais e depressões são formados no Oceano Índico, atravessando o Canal de Moçambique e afectando a parte costeira. Assim, as cheias que ocorrem ao nível do país são causadas não só pela precipitação que ocorre dentro do território nacional, como também pelo escoamento das águas provenientes das descargas das barragens dos países vizinhos, situados a montante das bacias hidrográficas partilhadas (MICOA, 2007).

Segundo o plano nacional para adaptação às mudanças climáticas, o país possui 9 bacias hidrográficas internacionais nomeadamente: Limpopo, Rovuma, Lúrio, Zambeze, Púnguè, Búzi, Save, Incomáti e Maputo; e outras tantas pequenas bacias (ibdem).

A maioria dos rios moçambicanos nascem nos países vizinhos de oeste, em zonas de planalto e, devido a disposição do relevo entram no país e correm na direcção oeste-este, indo desaguar no Oceano Índico. As características climáticas do país tornam o caudal dos rios variável ao longo do ano, apresentando maior volume na estação chuvosa, época em que os rios registam com maior frequência cheias (Barca et al, 1992: 109).

Tanto a nível mundial quanto nacional, as cheias causam efeitos negativos, trazendo as seguintes consequências: inundações, perdas de vidas e propriedades, perda de culturas, eclosão de doenças, deslocados, perda de biodiversidade, assim como o interrompimento das actividades normais nas diversas áreas em que se encontram as populações, o caso da agricultura, a criação e pastagem de gado, a pesca, e o comércio informal.

Só para termos uma ideia, nos anos 2000 e 2001, o país foi afectado por graves cheias devido a chuvas torrenciais nos países vizinhos que levaram ao agravamento do débito dos rios internacionais e consequente alagamento das áreas ribeirinhas.

Os danos das inundações de 2000 e 2001 são estimados em cerca de 800 vidas humanas perdidas e mais de setecentos e cinquenta milhões de dólares em prejuízos materiais (MICOA, 2007).

Entre os períodos de 2012 e 2013, a província de Gaza, ao lado da província de Maputo, foi a mais fustigada por “descargas atmosféricas devido a acção de sistemas de baixas pressões de origem térmica que afectaram esta região, com maior incidência nos meses de Dezembro de 2012 e Janeiro de 2013”. No que tange aos efeitos das cheias resultantes desta descarga, Gaza registou um total de 350 mil pessoas afectadas, sendo que o distrito de Chókwè acolheu, sozinha, 49534 famílias e 248 941 pessoas afectadas (INGC, 2013).

Chókwè é um dos distritos mais afectados por estas calamidades naturais; porém, encontramos famílias e pessoas que, tendo sido vítimas das cheias ocorridas em 2013, retornaram às zonas afectadas. Este facto permitiu a realização deste estudo que tem como foco *o retorno das populações às zonas de risco*. Para estudar este contexto partimos das percepções das populações em causa, procurando valorizar a sua capacidade de construção e atribuição de significados.

Ao delimitarmos o distrito de Chókwè, para desenvolver o nosso trabalho, tomamos em consideração o facto de ser um dos distritos mais afectados da província de Gaza. Este facto permite dar mais ênfase à questão do retorno, visto que as populações que retornaram às zonas de risco foram as que mais sofreram, repetitivamente. Assim sendo, podemos admitir que exista um forte factor que lhes leve a expor-se ao risco.

Segundo MICOA (2013), as cheias destruíram total e parcialmente as casas de 73% dos agregados familiares de Chókwé, 36% de Chibuto, 30% de Xai-xai e 10% de Guijá. Assim, metade dos agregados familiares afectados de Chókwè e 1/3 de Chibuto tinham sido encaminhadas para os centros de reassentamento.

Sob ponto de vista do enfoque temporal, o estudo centra-se nas cheias que ocorreram no ano de 2013, a fim de explorar as experiências vivenciadas pelas populações. Os efeitos das cheias de 2013 superam as outras. Deste modo, trabalhamos com um grupo-alvo constituído pelas populações que, tendo vivenciado as cheias em estudo e evacuadas das zonas de risco, retornam, numa fase posterior, às zonas afectadas por estas calamidades.

Na complexa realidade social retiramos o nosso objecto de estudo com base nalguns princípios que justificam esta escolha. Primeiro, está o nível de divulgação e abordagem da questão das cheias; ao longo do período em que os meios de comunicação social divulgavam constantemente informações sobre a ocorrência das cheias, apontando que algumas das pessoas estavam a passar por esta situação pela segunda e/ou terceira vez. Esta notícia despertou-nos o interesse em investigar os aspectos pelas quais as populações, passadas por esta catástrofe, tenham retornado às zonas de risco.

Este interesse conduziu a uma leitura da literatura desenvolvida sobre a convivência das populações com as cheias, tendo identificado algumas posições já constituídas por alguns autores. Enquanto os estudos mais antigos se limitavam ao conhecimento especialista, os mais recentes procuram fazer uma viragem incidindo sobre o conhecimento leigo. Procuramos seguir este segundo caminho de modo a contribuir para literatura moçambicana, que se limita a destacar os efeitos das cheias, as estratégias de gestão de riscos, sem, no entanto, tomar em consideração que por detrás destas práticas existe um conhecimento no qual se baseiam.

Ao estudarmos as percepções de risco de cheias, temos como objectivo geral compreender a relação que se estabelece entre a percepção de risco e o retorno das populações às zonas de risco. Os objectivos específicos que definimos para este estudo consistem em descrever as experiências de cheias vivenciadas pelas populações do distrito de Chókwè; identificar as percepções sociais do risco de cheias; identificar as motivações das populações para retornarem às zonas de risco.

O problema de pesquisa foi reformulado a partir da literatura consultada na qual encontramos dificuldade em compreender as razões do retorno das populações às zonas de risco, com base na *percepção de risco*.

Da literatura consultada, os autores como Massavanhane (2008) e Mangore (2009), destacam-se para a nossa orientação porque nos permitem construir um argumento próprio, e mais do que favorável ao nosso propósito, próximo das questões subjacentes às populações; porém, mediante contrapartida ao argumento que os dois autores apresentam.

De acordo com estes autores, os indivíduos retornam às zonas de risco devido em razão de ligação que têm com os espaços de sociabilidade; isto é, pelo medo de perder as suas práticas simbólicas periódicas ou os seus locais sagrados. Percebe-se naturalmente que as populações constroem o vínculo com os espaços acumulados. Todavia, cingir-nos à análise do retorno às zonas de risco, limitando-nos a ligação simbólica e material, estaríamos a deixar de lado uma questão bastante relevante que está sempre presente nessa realidade -a *percepção*.

A percepção social que os indivíduos têm sobre o que significa para si esse mundo simbólico e material é relevante. No entanto, a percepção que os indivíduos constroem sobre este contexto ocupa um lugar central, uma vez que esses bens materiais e simbólicos estão inclusos num contexto maior que é o de risco de cheias. As cheias podem destruir todo esse mundo que Massavanhane (2008) e Mangore (2009) afirmam que os indivíduos querem preservar. Neste sentido, chegamos ao ponto essencial: é a percepção de risco que os indivíduos constroem que constitui a base para a avaliação, e vale a pena retornar para ter acesso ao seu mundo.

Como os estudos ignoraram a questão da percepção do risco, neste trabalho olhamos para o retorno às zonas de risco com base nesta percepção. Torna-se relevante questionar a relação que existe entre a percepção de risco e o seu retorno. Para respondermos a esta inquietação partimos do pressuposto de que a percepção de risco de cheias, resultante das experiências, leva a população a regressar às zonas de risco.

No que concerne à perspectiva usada para a análise do nosso objecto de estudo, trazemos o quadro teórico da fenomenologia de Alfred Schutz (1979). Esta teoria reconhece a capacidade dos indivíduos em atribuir significado à realidade que os rodeia, podendo actuar sobre esta em função desse universo de significados.

Encontramos a base para estudar o significado que o contexto das zonas de risco tem para as populações, partindo de suas experiências, uma vez que o autor valoriza o conhecimento acumulado ao longo da trajetória dos indivíduos.

Os métodos de abordagem e procedimento integrados na metodologia do trabalho são o indutivo e o fenomenológico. Os dois métodos permitem considerar as experiências particulares dos indivíduos e a sua consciência sobre tais experiências. Para a recolha de dados, recorreremos à pesquisa bibliográfica, documental e às entrevistas semi-estruturadas. Assim, trabalhamos com estudos em torno desta realidade, relatórios sobre as cheias e com dados obtidos directamente das populações.

Os entrevistados foram seleccionados com base numa amostra convencional a partir da qual trabalhamos com indivíduos que, tendo retornado às zonas de risco, foram encontrados no campo de estudo.

O nosso trabalho está estruturado do seguinte modo: a primeira parte compreende uma breve introdução que faz a contextualização das cheias, os objectivos geral e específicos, e ainda, a pergunta de partida, a hipótese de trabalho e as variáveis; seguida da segunda parte que integra o primeiro capítulo, que compõe a formulação do problema, realizada com base na discussão de estudos desenvolvidos em torno das cheias.

No segundo capítulo apresentamos o enquadramento teórico e conceptual, onde operacionalizamos os três principais conceitos. O terceiro capítulo é relativo às questões metodológicas que nortearam a realização deste tema; tendo em conta os métodos usados, as técnicas de recolha de dados e o grupo alvo. E finalmente, no quarto e último capítulo trazemos a apresentação e discussão dos dados, com destaque ao perfil demográfico dos entrevistados, bem como as experiências e percepções de risco de cheias e as considerações finais do estudo.

Capítulo I- Da revisão da literatura ao problema de pesquisa

Nesta etapa procedemos à revisão da literatura que vai culminar com a construção da nossa problemática. Neste capítulo pretendemos analisar alguns trabalhos realizados na vertente das cheias, dos quais os agrupamos em duas abordagens: uma compreende as estratégias de gestão e mitigação do risco, e a outra, às motivações da permanência em zonas de risco; e, em função disso, tomamos a nossa posição em função dos mesmos trabalhos.

Do ponto de vista da gestão e adopção de estratégias de mitigação, por parte da comunidade afectada, apresentamos os estudos de Mafinda (2006), Canivete (2010) e Manjate (2006).

Mafinda (2006) realizou uma pesquisa intitulada “estudo do impacto das cheias do ano 2001 nas práticas agrícolas e no meio de sustento das famílias na região do vale do Púngòe” com o intuito de compreender a experiência e capacidades da população na mitigação dos efeitos negativos das cheias e adopção de estratégias de sobrevivência em face do período de cheias.

Este estudo tinha como objectivos estudar o impacto das cheias de 2001 nas práticas agrícolas e nos meios de sustento na região do vale do baixo Púnguè, distritos de Dondo e Nhamatanda em Sofala, assim como analisar a vulnerabilidade e mudanças ocorridas nas actividades agrícolas e descrever as estratégias de sustento e de sobrevivência das famílias afectadas para fazer face aos efeitos das cheias.

O argumento que Mafinda nos traz nesse estudo é de que os agregados familiares têm necessidades no seu dia-a-dia. Portanto, para as satisfazer optam por várias estratégias, dentre trabalhos que rendem directamente dinheiro e colher produtos florestais para a sua própria alimentação ou tratamento de doenças.

Em vista disso, Mafinda (2006), refere que as estratégias adoptadas pelas famílias para fazer face ao período de crise compreendem: ajuda humanitária nos centros de

acomodação, comida pelo trabalho, pesca, trabalho nas machambas doutras famílias em troca de dinheiro, comida ou roupa (ganha-ganho), colecta de produtos florestais, venda de produtos doados e negócio de produtos de diversa natureza entre os quais, bebidas alcoólicas tradicionais, produtos manufacturados, agrícolas e florestais.

Assim como a resposta às cheias de 2001 foi dada por esforço conjunto de várias instituições governamentais e não-governamentais; a começar do processo de resgate, procura de formas de sobrevivência dos agregados afectados à preparação da campanha agrícola seguinte.

Por sua vez, Canivete (2010), realizou um estudo no distrito de Chinde, na comunidade de Chinssamba, posto administrativo de Luabo. Este estudo tinha como objectivos reflectir acerca da percepção, conhecimento e respostas da Comunidade de Canhoza, no distrito de Chinde, face ao risco de cheias.

A preocupação deste estudo foi de apreender as diferentes formas pelas quais os indivíduos constroem os seus conhecimentos, os factores contextuais que influenciam as suas percepções e as estratégias que adoptam para fazer face ao risco das cheias.

Partindo do pressuposto de que as formas de perceber, ver e fazer sentido o risco de cheias são muito mais variadas, do que as retratadas pelos políticos e especialistas técnicos de GRC, Canivete, advoga que os conhecimentos sobre o risco de cheias, tanto de leigos assim como dos especialistas, são inevitavelmente mediados através de estruturas culturais e sociais do entendimento, e são, portanto, dinâmicos e históricos.

Deste modo, Canivete (2010), conclui que os indivíduos geram os seus próprios conhecimentos relativos ao risco das cheias, sem a ajuda dos políticos e especialistas técnicos de GRC e há uma disponibilidade de convivência com o risco de cheias motivada essencialmente pela percepção dos benefícios associados à fertilidade das terras e maior produção.

Assim como a construção e resposta ao risco de cheias, por parte dos afectados, está sujeita às regras e processos sócio-culturais, e estratégias adoptadas pelos mesmos, em função da sua percepção, os indivíduos constroem e reproduzem, dentro do grupo social um conjunto estruturado de mecanismos que lhes permitem fazer face ao risco de cheias, pois são conhecidos e comuns no seu quotidiano.

Ainda na senda das respostas que as comunidades dão à ocorrência das cheias, que se vão verificando nas estratégias e mecanismos de gestão das cheias ou do próprio risco, há o estudo de Manjate (2006), realizado na região do vale do rio Limpopo no distrito de Xai-Xai, Província de Gaza, com o objectivo geral de compreender as estratégias de prevenção, gestão e mitigação das cheias e identificar os actores no período compreendido entre 1977 e 2000, o seu impacto social ao nível das comunidades ribeirinhas do vale do baixo Limpopo.

Este estudo avança que as cheias são factos recorrentes no vale do Limpopo, pelo que as pessoas têm de se habituar a viver nessas circunstâncias. E que as cheias de 2000 destruíram muito porque não havia estratégias abrangentes que coordenassem as reacções das pessoas, embora tivesse sido elaborado previamente um plano de contingência para a época chuvosa 1999/2000; porquanto, o Governo não reunia condições para socorrer as vítimas e gerir a situação de cheias (Manjate, 2006).

Deste modo, após as cheias, as populações tomaram a consciência de que para o melhor uso e aproveitamento das terras do vale do Limpopo era necessário residirem nas terras altas, embora tivessem de usar estratégias tradicionais transmitidas de geração em geração, tudo para se prevenir do impacto das cheias. Assim, as crianças e idosos vivem nas casas definitivas algures nas zonas altas, ao passo que os que estão na idade activa e que possuem machambas próximas ao vale, durante a semana cuidam das suas machambas e vivem em casas provisórias; e ao fim de semana regressam às zonas seguras para prestarem assistência à família e fazer manutenção as suas casas.

Segundo Fyynn e Slovic (apud Valente et al. 2008), o risco não é uma questão “real” e “objectiva”, esta ideia remete-nos para a multidimensionalidade, subjectividade e carácter do valor que devemos dar à percepção social dos riscos.

No que concerne aos estudos sobre as motivações da permanência das vítimas em zonas de risco, temos os de Lihaha (2009) e Mate et al (2008).

Em relação à resistência ou permanência das populações nas zonas de risco, Lihaha (2009), fez um estudo entre os distritos de Caia, Morrumbala, Mutarara e Tambara sobre o fenómeno das cheias no centro de Moçambique, mais particularmente no vale do Zambeze. Esse estudo, intitulado "Cheias e reassentamento de populações no vale do Zambeze: velhos problemas, novas soluções? 1", tinha como objectivo apresentar as causas que levam a que alguns segmentos da população reassentada permaneça nesses lugares e outros segmentos preferem retornar aos locais de origem, mesmo sabendo que correm o risco de ser vítimas de novos desastres.

Neste estudo, Lihaha argumentou que as opções tomadas pelas populações são feitas de acordo com determinados cálculos dos riscos, tomando em conta questões de natureza económica, política, cultural e simbólica, ao invés de resultarem de decisões ligadas a superstição ou atitudes irracionais como muitas vezes os posicionamentos institucionais em Moçambique pretendem fazer crer.

Deste modo, Lihaha (2009), conclui que as terras onde as populações foram reassentadas não passaram, em muitos casos pelos processos tradicionais das cerimónias propiciatórias que deveriam avisar os antepassados da existência de novos habitantes e sua instalação no local, estabelecendo um clima de conhecimento e harmonia mútua entre os vivos, os espíritos detentores dessas terras e os espíritos ancestrais destes novos habitantes.

Assim como, os processos produtivos destas populações, mesmo que de forma encenada, sempre passaram por actos prévios de honra e pedidos aos antepassados para que estes, num mecanismo de deveres e obrigações, dessem a sua bênção e propiciassem a boa colheita e ou faina; ora, nestes novos espaços de sociabilidade isto deixou de ter lugar dado as circunstâncias anteriormente expostas.

Lihahe (2009), ainda refere que colocadas estas populações num mesmo espaço, as contradições do exercício do poder e as devidas obediências vem ao de cima o que gera conflitos agudos alicerçados numa rede complexa de direitos e obrigações.

Na mesma ordem de ideias, relativamente à resistência da população a abandonar às zonas de risco, um estudo relacionado foi conduzido nas províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia em 2008 por um grupo de pesquisadores do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane. O seu estudo, intitulado “Estudo Sócio-Antropológico sobre Reassentamento pós-cheias no vale do Zambeze-2008: Tete, Manica, Sofala e Zambézia”, tinha como objectivo central, avaliar o grau de aderência aos programas de reassentamento e investigar as causas que levam a que alguns segmentos da população reassentada permaneçam nos novos centros de reassentamento no período pós-cheias e outros segmentos prefiram retornar aos locais de origem, mesmo sabendo que correm o risco de ser vítimas de novas inundações (Mate et al, 2008).

A pesquisa de Mate et al (2008), visava analisar aspectos sócio-culturais, económicos e simbólicos que interferem na aderência ou não ao processo de reassentamento em curso ao longo do vale do rio Zambeze.

Os autores argumentam que, no geral existe muito pouco conhecimento e informação no país relativa a aspectos de ordem sócio-cultural e simbólica que interferem nos comportamentos e atitudes das populações, levando em consideração as diferenças de género, facto este que é agravado por lacunas existentes por parte dos responsáveis governamentais e civis quando se pretende estabelecer reassentamentos a longo prazo ou definitivos das populações.

Portanto, no campo da aderência das populações ao programa de reassentamento a maioria das pessoas entrevistadas afirmou que preferia viver nos bairros e a sua permanência está associada às condições de segurança, possibilidade de ter uma casa melhorada e duradoira, acesso à água potável, à educação e aos serviços básicos de saúde. Esta escolha é feita por reassentados que retornam definitivamente para as zonas de origem; os que diariamente fazem as suas vidas nos dois lados (bairro de reassentamento e zonas de origem) e, os que

sazonalmente intercalam a sua estadia entre os bairros de reassentamento e as zonas de origem (Mate et al, 2008).

Para Mate et al (2008), no que tange aos que retornaram definitivamente às zonas de origem, embora conscientes do perigo de viver nas zonas baixas, estes alegam que: estas zonas são propícias para prática da agricultura, a sua principal actividade de subsistência; que são as suas terras; que as machambas e a água ficam próximas das residências; e é lá onde estão os cemitérios familiares e onde realizam os seus rituais.

Vemos assim, que, a nossa revisão da literatura nos oferece uma visão sobre as tendências que tomam muitos estudos a cerca da questão do risco de cheias. Por isso, podemos ver que enquanto alguns estão virados para a relação entre a percepção risco e as estratégias de sua gestão, outros olham para a questão do retorno mais sob ponto de vista da necessidade de recuperar o seu mundo sócio-cultural e material perdido. Não obstante mostrarem a necessidade de valorizar a dimensão subjectiva, não incidem sobre a relação entre a percepção de risco e o retorno às zonas de risco no que concerne a ocorrência de cheias.

Capítulo II- Enquadramento Teórico e Conceptual

2.1. Quadro teórico

Até agora fica claro que privilegiámos uma perspectiva construtivista da realidade. Estando este subcapítulo destinado à escolha e apresentação da teoria que serve de base para a análise e interpretação do nosso objecto de estudo, enveredamos pela fenomenológica de Alfred Schutz (1979) na qual vamos privilegiar os conceitos de intencionalidade, estoque de conhecimento e motivações, sobre os quais nos debruçaremos ao longo do trabalho, mas, antes, vamos introduzir os alicerces que o autor propõe na construção desta teoria.

Schutz (1979), parte da psicologia de Edmund Husserl e de Weber, buscando algumas contribuições destes, mas certamente extrapolando-os na sua argumentação. No primeiro autor busca a relação entre a consciência e a realidade, demonstrando que uma não existe sem a outra, sendo que se relacionam pela intencionalidade da qual esta adoptada o ser humano. No segundo recupera o conceito de acção social para reconhecer que os indivíduos atribuem significados às suas acções, mas, não tendo Weber aprofundado a origem deste significado, Schutz busca atingir esta dimensão.

É aqui onde se encontram Husserl e Weber e forma-se o ponto angular da fenomenologia social de Schutz. De acordo com este autor, os indivíduos atribuem significados às suas acções e à realidade que os rodeia. Porquanto, a intencionalidade é a capacidade que o homem tem de apreender a realidade, o que permite a existência da realidade e da própria consciência.

A atribuição de significados é um acto corriqueiro à realidade do senso comum; todavia, existem dois momentos importantes a destacar: o primeiro no que se vivencia as experiências, deixando-se levar pela corrente do pensamento e, segundo, olha-se para a sua própria experiência como uma realidade já vivida. É neste segundo momento em que se atribui significado; logo, o autor afirma que só uma acção passada é que é susceptível de ser significativa.

Olhando para a realidade das populações que vivenciaram as cheias, é possível abordar-lhes sobre as experiências vivenciadas no contexto das cheias, visto que são experiências passadas sobre as quais é possível construir significados. É neste sentido que para Schutz (1979), o papel do investigador deve conduzir o indivíduo a tomar atenção para as suas acções passadas. Este processo é o que o autor designa de redução fenomenológica - o que fizemos aos nossos entrevistados.

A atribuição de significados tem como base o conhecimento que os indivíduos possuem e que lhes permite reconhecer ou estranhar a realidade encontrada. Os indivíduos nascem num mundo já constituído, sendo necessário apreender alguns códigos de modo a que se relacionem com os outros. E é ao longo de suas experiências que vai apreendendo e acumulando a informação necessária para estar em sociedade (o que Mesquitela Lima chama *ser gregário*). À este conhecimento o autor designa de estoque de conhecimento.

O estoque de conhecimento é todo aquele que o indivíduo acumula ao longo de suas experiências e constitui a base para a orientação de acções presentes e futuras. Pois apresenta três características: é não homogéneo porque varia de indivíduos para indivíduos; é não claro porque não permite conhecer com profundidade a realidade; não é coerente porque pode levar à formulação de juízos contraditórios de uma mesma realidade.

Este conceito é central para este nosso trabalho porque permite olhar para as experiências de cheias como base de acumulação do conhecimento para, primeiro, construir a percepção social do risco em função do significado que se atribui ao contexto das zonas de risco e, segundo, orientar as acções; como é o caso do acto de retorno a essas zonas. A não homogeneidade do estoque do conhecimento permite esquivar-nos do erro de generalizar as experiências dos indivíduos pelo facto deles terem passado pelas mesmas circunstâncias.

Contrariamente orienta-nos para considerar as particularidades das vivências, o que abre espaço para compreendermos as diferenças das percepções dos entrevistados.

Segundo Schutz (1979), os indivíduos são actores reflexivos capazes de interpretar de forma crítica a informação que recebem, o que lhes permite modificar os significados partilhados no contexto onde se encontram. Assim, a compreensão dos significados construídos passa pelo estabelecimento da relação entre a capacidade reflexiva do actor social e o contexto em que eles se encontram.

Esta colocação implica, para o nosso estudo, que a compreensão do significado que os indivíduos têm sobre as zonas de risco não se pode limitar à observação destes, mas considerar também o facto deles se encontrarem num espaço onde estão expostos ao risco das cheias. A contextualização ajuda a compreender alguns sinais que só ganham o sentido que ganham pelo facto de estarem insertos nessa realidade. Os significados variam também no tempo, isto é, enquanto passado, presente e futuro.

As cheias e o risco, associados, podem ter um significado enquanto estiverem ainda em possibilidade de ocorrência. O mesmo fenómeno pode ter outro significado quando os indivíduos estão diante dessa experiência, assim como pode ganhar outro significado quando é passado. Seja por isso que as populações depois das cheias retornem às zonas de risco.

Até aqui estamos a ver a questão da percepção que os indivíduos têm sobre a realidade das zonas de risco. Entremos agora noutra nível no qual vamos referir-nos às motivações.

Ao falar das motivações Schutz (1979), afirma que estas se referem a tudo o que conduz a uma acção. Por isso dois conceitos são usados para se referir a esta realidade: o “motivo por que” e o “motivo para que”. O primeiro está ligado a uma perspectiva racional em que os indivíduos são motivados a buscar a satisfação de um objectivo, e o segundo recorre ao passado para se referir a uma acção presente condicionada às experiências passadas, não podendo um indivíduo agir de outra maneira.

Estes dois conceitos ajudam a olhar o retorno das populações às zonas de risco que é na verdade um comportamento motivado, seja pela busca da satisfação de um objectivo ou pelo facto de estarem condicionados ao curso de um projecto de vida. É neste sentido que depois de discutirmos a questão da atribuição de significados compreendemos ser relevante discutir a questão da motivação.

Todos os conceitos aqui discutidos estão neste quadro porque implícita ou explicitamente ajudam na leitura dos dados obtidos no campo. Porém, o ponto que lhes une é o de possibilidade para olhar a realidade sob ponto de vista teórico sem deixar de lado o conhecimento leigo, o que pretendemos valorizar.

Assim, a teoria fenomenológica de Schutz, ao considerar o indivíduo como um actor social e o seu quotidiano como o mundo no qual se funda o social, oferece-nos as ferramentas necessárias para realizar o nosso empreendimento; esquivando do determinismo do mundo do conhecimento especializado para olhar a questão do risco. Isto é, permite introduzir o conhecimento do senso comum na discussão do risco de cheias.

2.2 Definição e operacionalização dos Conceitos

Com o objectivo de delimitar as dimensões da realidade sobre as quais incide o nosso estudo, apresentamos, definimos e operacionalizamos nesta secção os conceitos que servirão de ferramentas analíticas para a identificação de factos concretos. Em função de alguns conceitos contidos na hipótese, operacionalizaremos os conceitos de risco, percepção e percepção de risco.

2.2.1. Risco

O conceito de risco pode ser apontado como um dos mais usados e referenciados nas produções actuais no campo das ciências sociais. A análise de grande parte dos fenómenos remete necessariamente a este conceito, o que faz com que existam muitas definições. Assim, limitamo-nos a trazer alguns autores como Lupton (1999), Beck (2002), Guivant (1998), Granjo (2004), Giddens (1991; 2001).

De acordo com Lupton (1999), a noção de risco apareceu pela primeira vez na Idade Média, associada ao seguro marítimo e usada para designar os perigos que podiam comprometer uma viagem: Nessa altura, o risco designava a possibilidade de um perigo objectivo, um acto de Deus, uma força maior, uma tempestade ou outro perigo do mar que

não podia ser imputado a uma conduta prejudicial. Por isso, este conceito de risco excluía a ideia de falta de responsabilidade humana.

O risco era entendido como sendo um acontecimento natural tal como a tempestade, a cheia ou a epidemia, ao invés de ser algo provocado pelo homem. Assim sendo, os seres humanos pouco podiam fazer a não ser tentar calcular aproximadamente, a probabilidade de tais eventos e tomar medidas para reduzir o seu impacto (Lupton, 1999. p. 5).

Segundo Giddens (2001), a noção de risco, supostamente ganhou expressão essencialmente quando os exploradores ocidentais iniciaram viagens para os vários cantos do mundo. Giddens consta que o português e o espanhol é que levaram esta expressão ao inglês. À princípio incluía a noção de espaço e, com o sistema bancário, passou a incluir a noção de tempo; descrevendo situações de incerteza e de probabilidade.

Assim, pode significar que o conceito de risco se aplica quando o resultado da nossa acção assume a incerteza de ser positivo ou negativo. Portanto, só existe risco quando não estamos claros e seguros do resultado da nossa acção.

Beck (2002) afirma que os riscos são um produto histórico, a imagem reflectida das acções humanas e de suas omissões, são expressões do grande desenvolvimento das forças produtivas. Com a sociedade de risco, a auto-reprodução das condições de vida social converteu-se em um problema e tema. Desta forma, ao contrário da carência material e das desigualdades de classes, os riscos não se inserem no signo da miséria, constituindo mesmo um produto da modernidade em seu estado máximo de desenvolvimento.

Os riscos passam a ser um problema estrutural, onde a preocupação com eles já não é está centrada em perigo que era considerado de origem externa, mas com a própria capacidade dos homens, adquirida ao longo da história, de se auto-transformar, auto-configurar e de auto-destruir às condições de vida, criando novos riscos (Beck, 2002).

As abordagens técnico-científicas assumem o risco como objectivo, científico e mensurável por especialistas que tentam regular as acções dos indivíduos ou grupos que

respondem ao risco de modo subjectivo e irracional. Assim, o risco é como um evento adverso, uma actividade, um atributo, com probabilidades objectivas de criar danos (Guivant, 1998. p.2).

Granjo (2004), traz uma posição contrária comparativamente ao que diz acima, portanto apresenta duas visões do conceito de risco, onde a primeira que é uma visão probabilística do risco ou estaticista do risco, corresponde à forma como esta palavra é apropriada no campo científico e tecnológico.

Tendo em conta essa noção, o risco é o perigo domesticado ou tecnologizado, na tripla vertente de uma apropriação quantitativista que o apresenta como cognoscível, de uma previsão probabilística e da assunção de controlo sobre o aleatório (Granjo, 2004).

Este autor associa o conceito de risco às ideias de incerteza de desconhecido e, de acaso, ao reconhecer que o controle técnico-científico do risco está longe de corresponder às probabilidades reais, pois o perigo é permanente, imprevisível e imponderável.

Do ponto de vista de globalização de risco, Giddens (1991), procura levantar um debate sobre o perfil do risco globalizado, mostrando as diferentes concepções que as sociedades dão ao risco. O autor faz diferenciadas distinções sobre a globalização dos riscos onde destaca a globalização do risco no sentido de intensidade, onde traz o exemplo da guerra nuclear, como um acontecimento claro que pode ameaçar a sobrevivência da humanidade.

Nesta distinção, debate também sobre a globalização do risco no sentido da expansão da quantidade de eventos contingentes que afectam todos ou ao menos grande quantidade de pessoas no planeta. Assim, na mesma linha de pensamento de Granjo (2004), Giddens (2001) afirma que a noção de risco é “inseparável das ideias de probabilidade e incerteza” (Giddens, 2001, p.32).

Podemos dizer que o risco só existe quando o mesmo é percebido e calculado. Esta percepção passa por um processo que se desenvolve no interior de uma relação social.

O risco produz-se no meio social e assume uma dimensão não apenas individual como também interactiva do conceito de risco. Deste modo, esta percepção deriva da consciência do grupo, tornando-se relativo e socialmente construído. Portanto, pode-se dizer que no primeiro o indivíduo identifica o risco, atribui um valor e em função disso dá uma função significativa segundo o em que está inserido.

2.2.2. Percepção

O mesmo que afirmamos do conceito anterior podemos afirmar do conceito de percepção social, que está cada vez mais sendo associado ao estudo de risco, na medida em que se procura valorizar a sua construção no quotidiano dos indivíduos. Discutimos este conceito com base em Berger e Luckmann (2004) e Chauí (1996).

Berger & Luckman (2004) definem a percepção como uma actividade psicológica que não deve ser analisada numa única vertente. Como uma actividade psicológica, deve ser interpretada com base no contexto em que o indivíduo se encontra. Assim, a relação que o indivíduo estabelece no mundo social é que dita a percepção desse mundo passando a ser o seu conhecimento.

A percepção é a capacidade que o indivíduo tem para construir ideias em torno do meio social que os circunscreve. O indivíduo tem a percepção do seu mundo social quando consegue formular ideias e tipificações dos aspectos que caracterizam este mundo dado como real.

O segundo autor segue a mesma linha de definição afirmando que a percepção é a forma como nós percebemos os significados e os valores das coisas, o seu sentido, valor ou função, enquanto membros da nossa sociedade. Assim, Chauí (1996) concebe a percepção como sendo a forma como os indivíduos percebem as suas práticas, experiências e os significados que atribuem às suas acções, comportamentos, enquanto membros de um grupo social. A percepção possibilita-nos aceder ao “mundo dos objectos práticos e

instrumentais, isto é, orienta-nos para a acção quotidiana e para as acções técnicas mais simples” (Chauí, 1996).

Portanto, ao falarmos de percepção social estaremos a tratar de um conjunto de alguns elementos acima referenciados por Chauí (1996). Por outro lado, segundo Berger e Luckmann (2004), a percepção social não é uma mera interpretação dos indivíduos sobre uma realidade por eles enfrentada no quotidiano, ela é influenciada pelo contexto social, pelas particularidades das personalidades dos indivíduos, pelos desejos e sentimentos, suas atitudes em relação ao objecto percebido, suas necessidades, crenças, valores, interesses, aspirações e pela experiência de vida que adquiriram ao longo do tempo. São todos estes elementos ligados às experiências das cheias aos quais recorreremos para abordar a percepção social neste trabalho.

2.2.3. Percepção de Risco

Depois de termos discutidos os conceitos de risco e de percepção separadamente, agora discutiremos o conceito de percepção de risco com base na perspectiva de Lima (2005) na qualidade de único autor que nos oferece uma perspectiva relevante de ser operacionalizada neste trabalho.

Lima (2005), considera a percepção de risco como se tratando de uma forma que os não especialistas (leigos e o público) pensam sobre o risco e refere-se à avaliação subjectiva do grau de ameaça potencial de determinado acontecimento ou actividade, envolvendo sempre uma fonte de risco, uma dimensão de incerteza e uma avaliação do valor das perdas potenciais.

Lima (2005), ainda afirma que a percepção de risco corresponde às noções e conhecimentos que determinado grupo de indivíduos tem sobre a ocorrência de possíveis situações que possam coloca-los numa situação de perigo. Assim, a construção da percepção de risco tem como base o universo simbólico partilhado pelos indivíduos, visto que um único indivíduo não faz o social embora participe da sua construção.

Com base nesta perspectiva podemos olhar para a realidade de Chókwè como dotada de um universo simbólico com base no qual os indivíduos constroem a sua percepção de risco. Esta concepção nos auxilia a incidir-nos sobre o conhecimento leigo das populações remontando as últimas experiências das cheias que vivenciaram.

Capítulo III – Metodologia

Para a condução do trabalho de pesquisa optamos por uma abordagem qualitativa. Segundo (Minayo, 1987), esta abordagem considera que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Deste modo, olhamos para as zonas do risco a partir dos sujeitos que lhes dão origem; pois são eles que vivenciam as experiências de cheias, retornam às zonas de risco e convivem com ele.

O método qualitativo, associado ao nosso quadro teórico, ofereceu-nos esta possibilidade de explorarmos a consciência dos indivíduos e a imagem que aparece nela sobre essas realidades quanto às zonas de risco. E recorreremo-nos também ao quadro teórico fenomenológico.

3.1 Método de Abordagem

Como método de abordagem recorreremos ao indutivo com base no qual consideramos cada indivíduo estudado como uma particularidade, numa primeira fase. Em seguida procuramos identificar os aspectos partilhados por estes indivíduos, o que nos possibilitou a construção de categorias e desvendar a partilha de um mesmo mundo simbólico no seio da população. Esta forma de abordar a nossa realidade foi possível porque este método assume que as constatações particulares levam a elaboração de generalizações (Gil, 1999; Lakatos; Marconi (1993). Todavia, limitamo-nos a níveis muito baixos de generalização, construindo categorias que permitiram dar conta dos casos de estudos.

3.2 Método de Procedimento

A redução fenomenológica foi o método de procedimento valorizado para estudar a percepção de risco que os entrevistados constroem, assim como os significados que a realidade de Chókwè tem para eles. Assumindo que as populações já tinham vivenciado as experiências de cheias de 2013. Este método foi crucial para levarmos os entrevistados a remontar às suas próprias experiências passadas de modo a atribuir significados e para nos comunicar a sua percepção sobre essa realidade.

Interessamo-nos unicamente com o que estava dado imediatamente nas consciências dos indivíduos entrevistados. Com este método pudemos valorizar o conhecimento leigo no estudo do risco de cheias, o que foi de salutar por ser esta a proposta que colocámos no início deste trabalho.

Gil (1999), aponta para a particularidade deste método ao afirmar que pelo facto de se interessar com o que aparece na consciência dos indivíduos significa que este permite valorizar o conhecimento prático, ou seja, aquele conhecimento que os indivíduos põem em prática para orientar as suas acções.

3.3 Técnica de recolha de dados

Apresentamos agora as técnicas com base nas quais foi possível obter os dados. Para este processo recorremos à três técnicas, uma principal e duas auxiliares. As auxiliares são a documental e a bibliográfica e a principal é a entrevista semi-estruturada.

Usamos a técnica bibliográfica para obter dados junto dos estudos, livros e artigos científicos que se dedicaram ao estudo do risco de cheias em diferentes contextos. Esta técnica foi relevante na medida em que permitiu aprofundar o debate em torno deste fenómeno, formular o nosso problema de pesquisa e interpretar os dados, discutindo e comparando com os resultados doutros trabalhos da mesma natureza.

Com a técnica documental trabalhamos dados obtidos junto de relatórios e foi possível recolher muitos dados das instituições ligadas às cheias como o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). Os dados obtidos com esta técnica permitiram fazer uma contextualização sobre a ocorrência das cheias na realidade de Moçambique, inserindo o leitor na discussão que desenvolvemos.

No que se refere às entrevistas, podemos afirmar que esta técnica permitiu obter dados junto do sujeito da pesquisa, aqueles que estão directamente ligados às cheias e ao risco. As entrevistas foram realizadas no distrito de Chókwè junto de algumas pessoas que se encontravam nas zonas de reassentamento.

Quanto ao nível de estruturação, a semi-estruturação foi essencial por permitir definir os pontos centrais do trabalho sem anular a possibilidade da entrevista e falarem de forma livre sobre as suas experiências. Assim, foi possível dividir a responsabilidade da entrevista entre o investigador e o entrevistado, podendo identificar aspectos não previstos como aprofundar outros aspectos que se mostraram relevantes por meio da introdução de novas questões.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), a entrevista semi-estruturada é uma técnica que possibilita um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores para a recolha de informação sobre um determinado acontecimento. Tem a vantagem de dar a possibilidade aos indivíduos de exprimirem as suas percepções em relação a um fenómeno ou situação, a partir das suas próprias experiências de vida.

3.4 Grupo-alvo

O foco do nosso estudo já nos conduz a um público-alvo, que foram os indivíduos que vivem nas zonas de risco e que tendo passado pela experiência de cheias retornam às suas residências. Com esta categoria de indivíduos foi possível analisar a questão do retorno às zonas de risco. Foi possível ter acesso a estes por meio do contacto que conseguimos estabelecer com os responsáveis do INGC ao longo da nossa pesquisa documental.

Tendo submetido uma credencial nesta instituição, os responsáveis que se encontravam ligados às zonas de reassentamento dispuseram-se a facilitar o nosso acesso àquelas pessoas nas condições definidas anteriormente. Tendo chegado à zona de reassentamento em Chiaquelane. Usamos o critério de convencionalidade para a selecção das pessoas às entrevistas, isto é, trabalhamos com aqueles que se encontram na zona nos dias em que nos deslocamos a àquele lugar.

Em função disto, foram entrevistados um total de 19 indivíduos de ambos os sexos (homens e mulheres) com idades compreendidas entre os 18 a 70 anos. O trabalho de campo teve a duração de uma semana, tempo este acima do previsto. Fazíamos por dia um total de 3 a 4 entrevistas e cada uma durava, em média, um total de 30 minutos a 40 minutos.

Com o consentimento dos entrevistados, gravamos os dados com recurso a um telefone e, numa fase posterior, transcrevemos pessoalmente para garantir a confidencialidade da informação.

3.5 Constrangimentos e Limitações do Estudo

Para alcançarmos os objectivos deste estudo, passamos por algumas dificuldades antes da ida ao campo para a colecta de dados e pós; o que aqui preferimos chamar de constrangimentos da pesquisa.

A primeira dificuldade com que nos deparamos antes da deslocação ao campo para o trabalho de recolha de dados, foi a falta de meios financeiros, o que fez-nos recorrer ao INGC (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades), e depois de prometer apoio em transporte, alimentação e estadia, só tivemos sucesso após 2 meses de espera, isso porque o transporte que levaria-nos ao campo de pesquisa estava em manutenção por sensivelmente 3 meses.

A segunda dificuldade teve a ver com a língua local, ou seja, foi-nos difícil em primeira mão ter de conversar com a maior parte dos entrevistados em língua xichangana, daí que tivemos que pedir a ajuda de alguns intérpretes para melhor compreensão do objectivo da entrevista e do estudo.

A outra dificuldade que também fez-nos levar muito tempo para a conclusão do estudo, foi a aquisição de informação detalhada sobre as cheias de 2013, junto ao INGC, pois das pesquisas que já tínhamos feito, ainda nos faltava dados que nos certificassem que as cheias de 2013 foram as piores havidas no distrito de Chókwè. Portanto, a busca dessa informação levou quase 4 meses, depois de termos remetido uma credencial na instituição.

A demora para a obtenção dos dados deveu-se a questões burocráticas, pois primeiro, a credencial tinha que passar pela secretaria, depois pelo gabinete do director geral do INGC para o devido despacho, em seguida pelo departamento de informação para análise de que tipo de dados precisavamos e finalmente para nós.

Capítulo IV - Apresentação e Discussão dos Resultados

Este capítulo reservamos ao tratamento dos dados de campo, e está organizado em cinco subcapítulos dentre os quais alguns apresentam secções, em função das categorias analíticas que construímos para facilitar a leitura sistemática dos dados: (I) caracterização do distrito de Chókwè que constitui a nossa área de estudo; (II) descrição do perfil sócio-demográfico dos nossos entrevistados; sob ponto de vista da teoria fenomenologia, procedendo à interpretação dos dados nos levam ao alcance dos objectivos definidos, o (III) experiências de cheias; o (IV) percepção de risco de cheias e o (V) reincidência na convivência com as cheias entre os residentes de Chókwè.

4.1 Caracterização do Distrito de Chókwè

O distrito de Chókwè está situado na região sul da Província de Gaza, no curso médio do rio Limpopo, tendo como limite a região norte do rio limpopo, onde se separa dos distritos de Massingir, Mabalane e Guijá, a sul do distrito de Bilene e o rio Mazumichope que o separa do distrito de Magude; a Este confina-se nos distritos de Bilene e Chibuto e a Oeste com os distritos de Magude e de Massingir.

Com 4 postos administrativos, dos quais a cidade de Chókwè, o posto administrativo de Lionde, o posto administrativo de Macarretane, e o posto administrativo de Xilembene, o distrito de Chókwè tem uma superfície total de 2 466km² e uma população de 214.183 habitantes estimados no ano de 2005, e com uma densidade populacional de 88 hab/km². A população é jovem (44%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina, (taxa de masculinidade) de 43% e de matriz rural (taxa de urbanização de 32%).

O clima da área em estudo é dominado pelo tipo semi-árido, onde a precipitação varia entre 500 a 800 mm, o valor da evapotranspiração é da ordem dos 1400 a 1500 mm e com temperaturas médias anuais que variam entre 22°C e 26°C e a humidade relativa anual entre 60-65%.

Todo o distrito é uma planície com 100 metros de altitude e composta por aluviões ao longo do rio Limpopo, que atravessa todo o distrito no sentido NW-SE⁵.

O distrito tem um grande potencial hidrográfico, sendo banhado pela margem direita do Rio Limpopo e pelo rio Mazimuchope, possuindo ainda os riachos periódicos de Ngonwane, Munhuane, Chuezi, Nhambabwe, e as lagoas de Chinangue, Ngondzo, Nhamhai, Mbalambe e Khokhotiva.

O rio Limpopo é que atravessa o distrito de Chókwè em todo o seu comprimento, e este rio é a seguir ao Zambeze o rio mais extenso de Moçambique, e serve o maior sistema de irrigação do país no sentido NW-SE. A área de captação do rio é de 412.280km, distribuída por 4 países ao longo dos seus 1.461km de extensão.

A agricultura é a actividade económica predominante e envolve 80% da população activa do distrito. Com uma vantagem, pois possui boas condições para a prática de agricultura, com 40% do total de áreas de regadios de Moçambique e 70% de área total da província de Gaza.

A prática da agricultura é feita em explorações familiares com 1.5 hectares, em média e em regime de associações com base em variedades locais. A área cultivada pelo sector familiar é de 10 mil hectares, o que representa 5% da área total do distrito. As principais culturas básicas são: o milho, arroz, *feijão-nhemba*, mandioca, batata-doce, e feijão manteiga; e, destas, o milho é o mais cultivado.

Considera-se um dos principais distritos de criação de gado ao nível da província de Gaza e no país. E a tradição na criação de gado e a tracção animal conduziram ao crescimento do número de gado bovino, de 26 mil cabeças em 2000 para cerca de 45 mil cabeças em 2004.

O traço sociológico desta região pode-se observar na composição dos agregados familiares, a língua falada, a religião professada. Assim, a população é crente da religião São ou Zione, e normalmente as famílias são nucleares ou monoparentais com 3 a 5 membros por agregado, onde num agregado podem encontrar-se pais e filhos e em outros pais e filhos com outros parentes.

⁵NW-SE, significa que os aluviões atravessam o distrito de Norte ao Oeste e do Sul a Este.

O Xitsonga é a língua mais falada, pese embora 42% da população fale a língua portuguesa; pois, na cidade de Chókwè e o posto administrativo de Chilembene, a metade da população frequenta ou já frequentou o ensino primário.

A população do distrito em estudo vive em casas do tipo palhota, o tipo de casa mais visíveis no distrito, construída com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus, não possuem rádio, nem energia eléctrica e não tem água canalizada, usando os furos e poços como fontes. No mesmo distrito tem casas construídas com madeira e zinco e de bloco ou tijolo, e a maioria das famílias com rádio, água canalizada dentro de casa, possuem latrina e retrete e tem acesso ao fornecimento de energia eléctrica.

4. 2Descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados

Foram entrevistados um total de 19 indivíduos que se encontravam nas zonas de reassentamento consideradas seguras contra o risco de cheias.

Tendo como critério básico o ser reincidente nas zonas de risco, trabalhamos com indivíduos que apresentam diferentes idades correspondentes às três faixas etárias, do ponto de vista cronológico: jovens, adultos e idosos. De acordo com os dados trabalhamos com quatro jovens com as seguintes idades, 29, 30, 33 e 34 anos; com 9 adulto em que a idade mínima é de 37 e a máxima de 49. Quanto aos idosos que totalizam seis, identificamos 56 de idade mínima e máxima de 70 anos.

Incluímos no nosso estudo todos os géneros. Mas a nossa amostra integrou maior número de mulheres que totalizam 12 e os restantes entrevistados 7 (homens). O número menor de entrevistados do sexo masculino explica-se pelo facto de nas zonas de reassentamento termos constatado que a população do sexo feminino é a que se encontrava presente nos dias em que nos dirigimos ao campo, tendo encontrado homens em algumas ocasiões.

Os que apresentam uma diversidade quanto ao tempo que tinham de residência nas zonas consideradas de risco, o tempo mínimo de residência é de seis anos e o máximo é de setenta anos. Uma vez que a idade mínima dos entrevistados é de 29, podemos afirmar que todos aqueles que apresentam tempo de residência abaixo de 29 foram viver para o bairro, mas alguns dos que apresentam tempo de residência acima de 29 nasceram nas zonas de risco. É o caso dos entrevistados com 70, 63, 42 anos de idade que tem 70, 63 e 42 anos de idades, respectivamente.

Quanto ao nível de escolaridade de todos, nenhum apresenta um nível acima do primário completo. Os dados mostram que apresentam a 3^a, 4^a, 5^a, 6^a e 7^a classe como níveis académicos. De todos estes ninguém se encontrava a estudar no momento da realização do trabalho de campo. A maior parte dos indivíduos que fizeram parte da nossa amostra estão na situação de não- escolarizado⁶, visto que nunca passaram pela educação formal.

Das profissões identificadas, com a excepção de um entrevistado que se encontra na situação de motorista reformado, os outros que se encontram a desenvolver alguma actividade lucrativa, inserem-se no sector informal sendo serralheiro, camponês, ajudante de pedreiro e vendedor ambulante. Trabalhamos ainda com indivíduos desempregados, e que não estão a desenvolver nenhuma actividade. A maior parte dos da nossa amostra é doméstica (donas de casa).

Falando agora do estado civil, os dados mostram que podemos encontrar entrevistados em cinco situações. A maioria encontra-se na situação de solteiro, seguido dos que estão a viver maritalmente.

Na sequência, em termos de representação numérica, estão os que estão na situação de casado e por fim encontramos os viúvos e separados com dois e um entrevistados respectivamente.

⁶Queremos evitar dizer que são analfabetos por se tratar de uma designação que vem sendo contestada, visto que, se considera o conhecimento do senso comum como válido e relevante, o que faz com que não se aceite que se use esse nome para quem esteja desprovido da educação formal. Afinal, todos detêm o conhecimento do quotidiano.

Fechamos o quadro do perfil sociodemográfico com a descrição do número do agregado familiar. Os menores agregados familiares apresentam número de membros que varia de 3 a 6. Identificamos famílias com agregados que variam de 8, 9, 10 atingindo 13 membros. Porém, a maior parte dos constituintes da nossa amostra apresentam menos número de agregado familiar com maior incidência para 3 e 5.

A variação de idades ajuda-nos a perceber que dentre os entrevistados existem os que são e não chefes de família, o que nos leva a compreender que alguns retornam às zonas de risco por decisão própria tendo poder de decisão, e outros porque os familiares retornam, não tendo outra escolha. No que tange ao tempo de residência, podemos verificar que alguns vivenciaram as três cheias que assolaram o distrito de Chókwè ao passo que aqueles que apresentam menor tempo só experimentaram as últimas cheias. De uma forma geral, os entrevistados apresentam uma diversidade, considerando as variáveis utilizadas, com a exceção dos níveis académicos e a profissão nas quais identificamos uma proximidade.

4.3. Vivenciando experiências de cheias

Schutz (1979) afirma que é ao longo das suas experiências que os indivíduos acumulam o conhecimento a partir do que constroem e atribuem significados ao mundo no qual se encontram inseridos, construindo, deste modo, sua percepção sobre este. Seguindo este raciocínio, buscamos neste subcapítulo explorar as experiências que os entrevistados tenham vivenciado em período de cheias.

Vimos na descrição do perfil sociodemográfico que uma parte dos entrevistados se encontra a viver no distrito de Chókwè desde o seu nascimento, tendo por isso, vivenciado as três cheias que assolaram. Referimo-nos às cheias de 1977, 2000 e 2013. Entretanto, encontramos outros dois grupos, um deles vivenciou as últimas duas cheias e outros apenas as cheias de 2013.

Contudo, das experiências vivenciadas, constatamos que, de acordo com os dados independentemente de ter vivido outras cheias anteriormente, os entrevistados partilham a

ideia segundo a qual a única lembrança que eles têm das experiências de cheia é dos efeitos negativos:

“Ah, minha filha, as cheias trouxe desgraça para minha vida e minha família. Perdemos tudo, não ficamos com nada, porque tudo a partir de minha casa, tudo que tinha dentro de casa foram com as águas. Não consegui recuperar nem uma galinha; a cheia só trouxe-nos desgraça e tristeza” (37 anos de idade, vivenciou uma cheia).

“As cheias destruíram tudo no meu bairro, as ruas, as casas. Muita coisa que nem posso falar. Para mim, a cheia só me estragou a vida porque como já não tinha marido, tudo perdi com as águas. O que a cheias fizeram a minha vida não me fazem esquecer. Foram muitos estragos, perdi tudo” (47 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Essas cheias do ano passado, foram piores que cheias de 1977 e de 2000, porque com estas cheias não recuperei nada, perdi tudo minha filha, até a minha casa destruiu-se com as águas. Mas, não fui sozinho, quase todos sofremos, no bairro não restou nada. Ficamos nós todos sem onde dormir” (63 anos de idade, vivenciou as três cheias).

Os três depoimentos anteriormente apresentados demonstram que os efeitos das cheias variaram, sendo que as últimas, as de 2013, foram as que, sob ponto de vista dos entrevistados, tiveram mais efeitos negativos.

Os dados mostram que todos concordam que as cheias de 2013 tiveram efeitos devastadores nas suas vidas, particularmente, e em toda área no geral. A perda de bens pessoais, móveis e imóveis é o que os entrevistados mais apontam e lamentam a situação como resultando das cheias.

Esta experiência de perda e desgraça leva os entrevistados a procurarem estar alertas quanto a possibilidade de ocorrência de cheia, uma vez que se encontram na situação de reincidentes de zonas de risco; e como forma de criar condições para que não voltem a passar pelas mesmas situações. E diante da possibilidade de ocorrência de outras cheias, as populações vêm a solução imediata, mas não definitiva, no abandono das zonas de risco para as zonas seguras.

Num estudo focado sobre a mesma realidade (a das cheias) Duarte et al (s/d) obtiveram as mesmas constatações. Os autores verificaram que, dentre os efeitos decorrentes das cheias

apontados pelas pessoas que passaram por estas experiências, os prejuízos materiais são os mais apontados e que suscitam mais preocupações.

De acordo com os dados, os entrevistados procuram, como meio, manter-se informados a sobre qualquer sinal que possa servir de indicador para ter conhecimento a respeito da possibilidade de ocorrência de cheias.

Identificamos três fontes a partir das quais eles tomam conhecimento sobre a vinda das cheias: informação divulgada pelas autoridades locais ou pelo governo e pela observação da correria dos vizinhos:

Os depoimentos que se seguem reflectem estes meios:

“Sim, a partir de informação dos líderes comunitários que vem aqui no bairro fazer reuniões, andar nas ruas a chamar pessoas para irem ser informados sobre as cheias. Eles também mostram bandeira e nós já sabemos. E nós temos que ficar atentos para qualquer informação ficarmos, a saber, para nos prevenirmos” (Mulher de 40 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Para saber que haverá cheia, costumam a dar-nos informação através de mobilização de governo e de informação de amigos e vizinhos que andam por ai a gritar que vêm cheias” (Mulher de 56 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Sim, porque vemos pessoas a correrem de um lado para outro, preocupadas em carregar suas coisas, em sair de casa, já sabemos que quando fazem isto é por causa das cheias. Ai fica saber” (Homem de 37 anos de idade, vivenciou duas cheias).

A informação sobre as cheias é de capital importância para as pessoas que passam por estas experiências. Os entrevistados, pelo facto de terem o conhecimento da possibilidade da previsão da ocorrência de cheias, ficam alerta para os sinais que são utilizados e identificados como sendo de alerta. Destes sinais, a informação propalada pelo governo e a mobilização dos líderes comunitários são os meios formais de tomada de conhecimento.

A este respeito temos que verificar no primeiro depoimento, dos três anteriormente apresentados, que a os sinais de cheia funcionam como símbolos cujo significado é partilhado no contexto das cheias. Neste depoimento, afirma-se que os líderes

comunitários usam uma espécie de bandeira cuja exibição para a população significa um alerta para a aproximação das cheias.

Este entendimento reflecte, de acordo com Schutz (1979), a partilha de significados entre os envolvidos no contexto das cheias. Vemos que o uso da bandeira para aquela finalidade faz do seu significado uma tipificação, o que podemos ver pelo facto de os entrevistados afirmarem que os líderes comunitários exibem a bandeira por sabem que a solução já conhece o seu significado.

Para além dos meios formais de divulgação de informação, entre os vizinhos, são accionadas redes de divulgação e ramificação da informação, constituindo os meios informais. Entre os vizinhos faz-se circular a informação sobre a vinda das cheias. Há ainda outra via que consiste em acompanhar os movimentos preocupados dos vizinhos:

“Podemos ficar, a saber, através de outros vizinhos que tomam conhecimento primeiro do que nós. É assim, temos que nos avisar para ninguém não ficar para trás” (48 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Quando vemos pessoas a correrem de um lado para o outro com as suas coisas e muito preocupada aí temos que saber que as cheias estão a vir” (34 anos de idade, vivenciou duas cheias).

Pelo facto dos autores dos depoimentos terem vivenciado as cheias de 2013 pela segunda vez, podemos compreender o facto de estarem em condições de atribuir significados a determinados comportamentos naquele contexto de zonas de risco.

Seria difícil para quem nunca tinha vivenciado e acompanhado de perto uma situação de cheias atribuir significados aos movimentos de um vizinho, no sentido de remeter a alerta. Os movimentos dos vizinhos de um lado para o outro só ganham significado de alerta naquele contexto, e facilmente, para pessoas que por terem vivido situações de cheia conseguem associar esse comportamento às cheias. Assim, como afirma Schutz (1979), os significados são compreensíveis dentro de contexto específicos e para a sua interpretação é importante que se tenha conhecimento.

Estes entrevistados trazem consigo um conhecimento sobre as cheias decorrentes de experiências anteriores. Os dados revelam que existe no seio da população conhecimento sobre o período em que as cheias têm maior probabilidade de ocorrência.

Todos conseguiram afirmar que nos meses de Janeiro e Fevereiro o alerta atinge o nível máximo por se tratar de períodos que normalmente chove com muita intensidade.

No depoimento que apresentamos a seguir constatamos a impossibilidade de se compreender a correria e preocupação dos vizinhos como uma fonte de informação sobre a aproximação das cheias. Para o autor deste depoimento o facto de os vizinhos estarem a correr de um lado para o outro podia remeter a outros significados, mas não à aproximação das cheias como podemos ver a seguir:

“Não sei dizer, para as cheias de 2013, foi uma coisa de repente; as pessoas não sabiam. Só vi meus vizinhos a correrem de um lado para outro, mas não percebi o que estava a se passar. Quando perguntei é que fiquei, a saber, que eram cheias” (Homem de 37 anos de idade, vivenciou uma cheia).

A mesma realidade tem significados diferentes para pessoas diferentes, o que resulta da não homogeneidade do estoque do conhecimento. O autor deste depoimento vivenciou experiência de cheias pela primeira vez com as cheias de 2013. Não tinha nenhum domínio sobre os símbolos em jogo no contexto de cheias a partir dos quais os outros se comunicavam e com base tomavam as devidas medidas de enfrentamento.

O depoimento revela que para ter tomado consciência de que se tratava de cheia foi preciso interpelar um vizinho que lhe pôde dizer o que significavam todos aqueles movimentos. Antes o significado não estava acessível, visto que este não estava simbolicamente integrado. Apesar de existirem meios formais e informais de divulgação de informação, a partilha do conhecimento, nas últimas cheias, houve aqueles indivíduos que mesmo acumulando um estoque de conhecimento foram surpreendidos pelas últimas cheias.

Não pretendíamos descrever a totalidade das experiências dos entrevistados com relação às cheias. Nos limitamos necessariamente a destacar alguns pontos que ajudam a compreender as percepções sociais sobre o risco das cheias. Deste modo, as experiências

de cheias são dominadas por perdas materiais e pelo desenvolvimento de meios a partir dos quais se pode tomar conhecimento da sua ocorrência. Porém, este conhecimento depende, de certo modo, do domínio do universo simbólico construído e partilhado no contexto das cheias.

4.4 Percepção social sobre o risco de cheias

A percepção é a variável base do nosso estudo. Assim, dedicamos este capítulo especificamente ao tratamento da percepção de risco construído pelos residentes das zonas de risco. Os dados analisados foram agrupados em duas categorias em função das respostas que os entrevistados ofereceram quando questionados sobre o que percebem sobre o risco. As duas categorias são: risco de cheia como perdas e desgraça e risco como propensão a vitimização pelas cheias.

4.4.1. Risco de cheia como perdas e desgraças

Entramos, agora, para a primeira categoria de percepção de risco de cheias construída a partir dos dados recolhidos. Esta categoria está intimamente ligada aos afeitos vivenciados pelos entrevistados decorrentes da ocorrência de cheias.

O risco de cheias é aqui concebido com base nesses efeitos, como podemos ver no facto daqueles afirmarem que falar do risco é falar de perdas, destruição e estragos.

Como pode constatar, os três depoimentos que apresentamos a seguir revelam esta percepção de risco de cheias construída pelos entrevistados.

“Quando se fala de risco, penso nas perdas de casas, escolas, machambas e perda de tudo” (Mulher de 34 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Quando se fala de risco de cheias, penso no que as cheias podem trazer na minha vida, nas destruições que as águas vão fazer; penso que vou perder tudo” (Mulher de 37 anos de idade, vivenciou uma cheia).

“O que penso é na destruição que as cheias causam na vida das pessoas. Logo, penso no risco penso que são os estragos que podem acontecer” (Mulher de 47 anos de idade, vivenciou três cheias).

Podemos compreender o facto de, diferente da categoria anterior, os entrevistados desta categoria conceberem o risco como destruição, desgraça e perda, a partir de Schutz (1979), que afirmou que *os indivíduos apresentam um estoque de conhecimento não homogêneo independentemente de vivenciarem todos as mesmas experiências, visto que a construção de significados ocorre por meio de experiência anteriores vivenciado ao longo da trajectória individual.*

Deste modo, os depoimentos anteriores constroem a sua percepção do risco com base nos efeitos que sentiram da ocorrência das cheias. Os entrevistados nesta posição assumem que a sua exposição ao risco de cheias ocorre pelo simples facto de estarem a residir nas zonas apontadas como sendo de risco, não havendo por isso nenhum momento específico em que tenham estado expostos. Para estes, mesmo das vezes em que foram antecipadamente alertados para ocorrência de cheias e puderam retirar-se antes que estas chegassem não deixaram de sofrer os seus efeitos.

As cheias causaram os mesmos efeitos, destruição, desgraça e perdas. Este posicionamento coincide com o assumido pelos órgãos oficiais, na medida em que reconhecem que face ao risco a forma de respostas é a retirada das zonas de risco e não retornar. Podemos assim perceber o facto destes entrevistados afirmarem que todos estão expostos ao risco de cheias, independentemente das condições económicas, das condições físicas, da faixa etária ou de outra característica diferencial, os indivíduos residentes nas zonas de risco.

Embora Figueiredo et al (2004) afirmem que “a probabilidade de ocorrência e a gravidade dos perigos e seus efeitos não são assim, as únicas componentes que os indivíduos accionam no modo como percebem e avaliam o risco”, podemos constatar neste caso específico que a percepção de risco é construída a partir dos efeitos das cheias e não a

partir das respostas passíveis de serem dadas a esta realidade como vimos na categoria anterior.

As experiências de cheias das populações que levou a vivenciarem os efeitos negativos faz com que estas procurem ficar alerta quanto a possibilidade de sua ocorrência de modo a retirarem-se das zonas de risco, como podemos verificar no depoimento a seguir:

“Quando se fala de risco, penso também que é uma zona que deve-se mudar, procurar outro sítio para viver” (Homem de 43 anos de idade, vivenciou três cheias).

Este depoimento é representativo de todos os entrevistados, visto que demonstra uma ação que todos afirmaram que podem acionar caso recebam a informação da vinda das cheias. Associar o risco as perdas leva as pessoas procurarem minimizá-las e uma das formas de minimizam é a retirada prévia das zonas apontadas como sendo de risco. Isto revela um conhecimento sobre a magnitude dos efeitos das cheias o que faz com que convivam o risco de cheias alertas com relação às perdas que podem decorrer da sua ocorrência. Deste modo, as população apresentam um elevado grau de confiança em relação as fontes de informação dada sobre as cheias, pois estas podem alertar-lhes para o abandono.

De acordo com os dados recolhidos junto dos entrevistados desta categoria, a informação dada pelas entidades do governo e pelas autoridades locais, na qual se enaltece a importância de não residir nas zonas de risco, é de que as populações poderão passar mal caso as cheias ocorrem. Não obstante, os entrevistados retornam às zonas de risco e convivem com este risco de cheias.

4.4.2 Risco de cheias como potencialidade a vitimização pelas cheias

O risco está ligado à incerteza que os indivíduos têm sobre seus efeitos, sua magnitude, seu momento de ocorrência, suas causas. Mas, a experiência dos indivíduos em vivenciarem os efeitos do risco assim como a informação que se divulga sobre o risco em causa, permitem as populações construir a sua percepção.

Na segunda categoria do risco de cheias integramos aqueles indivíduos que o concebem como a sua condição pode potenciar a vitimização. Os dois depoimentos são de entrevistados que se inserem nessa categoria.

“Quando falam de risco de cheias eu percebo que está a se querer dizer que podemos ser vítimas de cheias a qualquer momento, que as cheias podem acontecer e que nós por estarmos aqui podemos ser vítimas, podemos sofrer com as cheias” (35 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Eu acho que se diz que nós estamos no risco de cheia porque podemos ser vítimas de cheias e esta acontecerem na zona” (45 anos de idade, vivenciou duas cheias).

Estes depoimentos demonstram que os entrevistados têm o conhecimento de que o facto de se encontrarem a residir numa zona apontada como de risco lhe coloca em posição de se tornarem vítimas de cheias em qualquer momento. Vemos assim que não se considera a possibilidade de se adoptarem meios de minimização ou mesmo de anulação de as populações sofrerem caso ocorram cheias.

O critério para a construção da percepção do risco de cheias é a certeza de que a sua ocorrência lhe vai vitimar e de que os seus efeitos são conhecidos. De acordo com Figueredo et al (2004), esta certeza é responsável pela maior ou tolerância das pessoas em conviverem com o risco, pois já se sabem sobre a sua vulnerabilidade em se transformarem em vítimas e dos efeitos decorrentes da sua vitimização, mas facilmente podem escolher conviver ou não com o risco.

Somos levados a partilhar a ideia apresentada por estes autores, uma vez que, os entrevistados retornam as zonas de risco apesar de saberem e ter a certeza da sua potencialidade e transformarem-se em vítimas das cheias. À semelhança dos entrevistados da categoria anterior, os desta categoria afirmam que a exposição ao risco de cheias não tem nada a ver com a condição física, financeira, entre outras. Ao contrário, todos os que se encontram a residir nas zonas de risco estão susceptíveis de se transformarem em vítimas das cheias.

Esta generalização da potencialidade em ser vitimado pelas cheias resume-se na seguinte expressão “renitente”, usada por um dos nossos entrevistados. Assim, só está sujeito ao risco de cheias aquele indivíduo renitente, isto é, que resiste ao apelo de abandonar as zonas de risco e dirigir-se às zonas consideradas seguras.

Deste modo, em função da consciência da sua vulnerabilidade ao risco de cheias e do seu potencial e repentina vitimização, as populações accionam dispositivos a partir dos quais tomam conhecimento sobre a ocorrência de cheias como forma de tomar as devidas medidas para fazer frente a este evento da natureza.

O abandono das zonas de risco é uma das medidas tomadas quando se toma conhecimento da aproximação das cheias. Deste modo, a necessidade de abandono é construída como uma percepção social sobre o risco de cheias, como podemos constatar nos depoimentos que se seguem:

“Percebo como uma situação onde temos que abandonar, temos que sair procurar outro. Quando chega tempo de cheias, que o governo, líderes comunitários vêm avisar de cheias eu procuro outras zonas. Sim, risco é isso, ter que sair quando chegam as cheias”
(Mulher de 47 anos de idade, vivenciou duas cheias).

Neste depoimento revela-se que a consciência de risco que os entrevistados constroem permite-lhe adoptar formas específicas de fazer frente a ocorrência das cheias. Assim, o abandono deve ser activado como um dispositivo de sobrevivência; isto é, as populações permanecem nas zonas de risco durante o período em que percebem que estão apenas propensões a serem vítimas, quais as cheias se aproximam e abandonam as suas residências para procurar zonas seguras, geralmente, tarde.

É neste sentido que Duclos (1994 apud Coelho et al, s/d) referem que existe uma necessidade de se reconhecer que as atitudes e representações face ao risco são socialmente determinadas e, por isso mesmo, localizadas num determinado contexto social e político. Por um lado temos os especialistas que referem que as zonas de risco de cheias não podem ser habitadas pelo que as pessoas têm de ser retiradas, por outro, temos as populações que, com base no seu conhecimento leigo, referem-se que estando nas áreas

consideradas de risco se encontram expostas ao risco, porém, existem factores como veremos mais adiante que lhes levam a retornarem e permanecerem nessas zonas.

É neste sentido que autores como Coelho et al (s/d) chamam atenção para a necessidade de relativizar o risco a partir da percepção dos indivíduos que o vivenciam no seu quotidiano, visto que a sua posição em relação a este não tem nada de instinto natural, mas é sim condicionado pelo fogo simbólico. Com isto não queremos anular a existência material do risco de cheias, mas reiterar a filtração porque que os indivíduos passam.

Esta filtração, podem, de acordo com Almeida (2003), os indivíduos tomarem conhecimento do risco e mesmo assim o ignorarem, tolerarem ou mesmo não darem por isso. No caso apresentado por estes depoimentos constatamos que estes são informados sobre o risco a que estão expostos nas zonas de risco, porém o fazem mesmo assim.

Os dados discutidos neste subcapítulo ajudam compreender a posição das populações no que diz respeito ao risco de cheias a que estão expostos do ponto de vista objectivo. As três categorias identificadas revelam que os indivíduos vivenciaram de forma diferenciada as experiências de cheias. Vimos no subcapítulo anterior que todos convergem em reconhecer os efeitos catastróficos que as cheias tiveram nas suas vidas, o que não implica a homogeneização dessas experiências, assim como da informação e conhecimento de corrente.

De acordo com Schutz (1979), o estoque de conhecimento é não homogêneo, o que faz com que as pessoas vivenciam mesmas experiências tenham percepções diferentes. Deste modo, o risco de cheias como necessidade de abandono às zonas de risco, o risco de cheias como perdas e desgraça, como potencialidade a vitimização das cheias revelam a forma como as experiências de cheias se materializam, o que de alguma forma diferencia o estoque de conhecimento com base no qual se constroem as percepções de risco.

4.5Reincidência a convivência com o risco de cheias

Tendo analisado a percepção de risco que é a nossa variável independente, vamos agora analisar o retorno às zonas de risco sendo o fenómeno que procuramos compreender. Esta compreensão é feita a partir da percepção das motivações que levam os indivíduos a retornarem à zona de risco, como forma de nos aferirmos a intervenção da percepção de risco nessa realidade. Os dados recolhidos permitem a construção duma única categoria: ausência de condições nas zonas seguras.

4.5.1. Da ausência a presença de condições de vida

Discutimos aqui os dados referentes a ausência de condições nas zonas de risco como o que leva os entrevistados a retornarem às zonas consideradas de risco. Portanto zonas seguras são aqui consideradas como aquelas que não perigam a vida e não são propensas às cheias.

A realidade do campo demonstra que o deslocamento das populações para as zonas seguras era para ser definido, segundo a informação que os entrevistados receberam das entidades governamentais. Porém, independentemente da chamada de atenção das entidade governamentais sobre esse risco os entrevistados retornam às zonas perigosas, alegando que nas de reassentamento nas encontram condições de vida criadas.

Os dados referentes a esta secção revelam que todos os entrevistados têm o seu retorno condicionado pelo mesmo facto não obstante o expressarem de forma diferenciada:

“Aqui em Chiaquelane, não há condições para vivermos, porque não há trabalho. Aqui não temos energia, não há escolas para as crianças continuarem a estudar, a escola só tem 1ª e 2ª classe, não há lugar para trabalhar para ganhar dinheiro, nem hospital não temos, para ir ao hospital, machambas” (34 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Nós voltamos para Chókwè porque em Chiaquelane ainda não temos casa, vivemos nas tendas, e também não temos maneiras de ficar muito tempo porque não tem energia, nem algum trabalho para fazer não tem. Machambas para produzir comida, estão perto do regadio que está perto da barragem. As crianças têm que estudar, aqui não tem escolas

pra 3ª classe em frente, então as crianças devem estudar em Chokwe, por isso ficam lá” (37 anos e idade, vivenciou duas cheias).

“Chokwe é cidade e tem tudo o que necessitamos, desde as nossas machambas onde produzimos alimentos para comer e vender. Os mercados, escolas, hospitais, bancos e lojas estão todos na cidade” (47 anos de idade, vivenciou duas cheias).

Do primeiro ao terceiro depoimento podemos verificar uma sequência propositadamente produzida para facilitar o entendimento da interpretação que fazemos dos dados. No primeiro depoimento identificamos simplesmente a alegação de que em Chiaquelene, como zona de reassentamento das vítimas das cheias de 2013, não existem condições para que as populações possam satisfazer as suas necessidades de trabalho, alimentação, educação, e de saúde.

No segundo depoimento não só se alega a ausência de condições de vida na zona segura, como também se faz menção à Chokwé como sendo a zona onde se encontram todas as condições necessárias para que as populações possam desenvolver as suas actividades e retornar à normalidade da sua vida. No terceiro depoimento faz-se simplesmente menção ao facto de Chokwé reunir as condições necessárias para o desenvolvimento normal da vida.

A forma como cada um se expressa poder-nos-ia conduzir a uma rápida inferência no sentido de perceber que se trata de posições diferentes, contudo, à luz das categorias de motivação construídas por Schutz (1979) constatamos que se trata de uma mesma posição expressa a partir de formas particulares. Tanto os que alegam que as zonas seguras não reúnem condições de vida como os que apontam que Chokwé é uma cidade que oferece todas as condições necessárias para a satisfação de suas necessidades se integram no que este autor designou de “motivo por que”.

O “motivo para que” diz respeito a todas aquelas acções desenvolvidas dentro de um projecto de vida no qual as experiências passadas condicionam a forma como se vivenciam as experiências presentes. Isto é, as acções são desenvolvidas numa corrente contínua de experiências. Nesta ordem de ideia, as populações tinham todos os seus

projectos de vida construídos e enraizados no distrito de Chókwè, o que fez com que a sua retirada repentina implicasse um corte umbilical com esses projectos.

No distrito de Chókwè, os entrevistados têm os seus postos de trabalho, as suas machambas para o cultivo, as escolas onde os seus filhos vão receber a educação, os postos meditos, as lojas onde adquirem alimentos, entre outros elementos que não só oferecem condições para a satisfação de suas necessidades como permitiam a continuidade de suas vidas nas normalidades do seu quotidiano.

Neste sentido, em Chiaquelane os entrevistados não encontram os serviços e bens necessários para que as suas necessidades inerentes à sua vida pudessem ser satisfeitas. A sua retirada significou a ruptura do quotidiano das suas vidas. Os pupilos não podiam mais ir à escola, as mães não podiam mais ir à machamba, os papás ao trabalho. A ligação de suas vidas com estes sítios e a falta de condições para a sua continuidade em Chiaquelane faz com que eles retornem à Chókwè, zona de risco. Esta ideia está sintetizada nestas palavras “*fazíamos a nossa vida, nossos trabalhos, negócio*”.

Não nos podemos esquecer que no subcapítulo anterior constatamos que os entrevistados, independentemente da categoria na qual lhes inserimos, têm a percepção de que o facto de retornarem à Chókwè implica a sua exposição ao risco de cheia. E que mais cedo ou mais tarde, as cheias ocorreriam. Esta consciência podia levar as pessoas a afastarem-se destas zonas para que não sofram mais uma vez as catástrofes das cheias, todavia, os benefícios que encontram em Chókwè, a sua ligação com esta realidade são maiores do que a sua consciência de risco.

Ao tentar demonstrar os princípios a partir dos quais os indivíduos constroem a sua percepção de risco e escolhem conviver ou não com este risco Figueiredo et al (2004) apontou, dentre outros, que a capacidade de aceitar voluntariamente o risco está intimamente relacionada com os benefícios percebidos. Assim, sob ponto de vista da sua auto-realização os indivíduos percebem que a cidade de Chókwè oferece melhores condições em comparação com as zonas seguras para onde foram levados.

O encontro entre a consciência de risco e a necessidade sentida de estar em Chókwè para a sua sobrevivência leva os entrevistados a assumirem que o desenvolvimento das suas

actividades não é feito com medo de em qualquer momento se ver a perder mais uma vez tudo o que já tenham reconstruído e construído:

“De princípio fazíamos as actividades com um pouco de dúvida, mas depois ficamos tranquilos e seguros de que não haveriam mais cheias e trabalhávamos a vontade e normalmente, até que houve a última cheia” (47 anos de idade, vivenciou duas cheias).

“Antes das cheias de 2013, fazíamos as actividades normalmente, sem medo, mas depois das cheias do ano passado, hum, não sei se hei-de voltar à Chókwè para viver. De um dia para o outro podemos voltar a perder tudo de novo” (37 anos de idade, duas cheias).

A consciência de risco de cheias está presente no discurso dos entrevistados deste a sua decisão de retornar às zonas de risco, seu restabelecimento nestas zonas até ao início de desenvolvimento de suas actividades. É esta consciência que faz com que vivenciem o sentimento de medo. No primeiro depoimento está patente a ideia de que a percepção de risco foi desaparecendo com o tempo depois das cheias de 2000. Todavia, as cheias de 2013 reacendem essa consciência.

Vemos assim que Figueiredo et al (2004), afirmam que o potencial catastrófico da fonte de risco exerce uma influência na decisão de se expor ao risco. Isto é, “quanto maior for a probabilidade de ocorrência de um acidente de proporções catastróficas menor é a capacidade de convivência com essa circunstância”. Deste modo, se a não ocorrência de cheias entre o intervalo de 2000 e 2013 levou a ideia da redução da sua possibilidade de ocorrência, as últimas cheias, pelos seus efeitos catastróficos reduziu a possibilidade de as pessoas conviverem com o risco, o que faz reiterem que não se vêm em condições espirituais de voltar a residir em Chókwè.

Os dados discutidos neste subcapítulo referem-se ao processo de retorno às zonas de risco e de cheias, no sentido de buscarem o que está por detrás deste retorno. Em função da nossa análise e interpretação, podemos constatar que as populações, pelo facto de terem construído as suas vidas no distrito de Chókwè, sentem-se ligadas à esta realidade, pelos serviços e bens que encontram, pelo que as zonas de reassentamento não permitem a continuidade da vida que levavam neste distrito.

Deste modo, as pessoas retornam às zonas de risco influenciadas pelas condições de vida que existem somente em Chókwè e não em Chiaquelane, onde não se encontram os serviços básicos para a satisfação de suas necessidades construídas nas zonas de risco. À esta forma de influência comportamental Schutz (1979) designa, no seu quadro teórico, de “motivo para que”.

5. Considerações Finais

Ao longo do trabalho discutimos os dados tendo como base a nossa hipótese do trabalho, a qual a relacionamos às experiências ligadas as cheias, a percepção de risco de cheias e o retorno à convivência com este risco. Defendemos que a percepção de risco de cheias construída a partir das experiências vivenciadas no contexto de cheia é que influencia para que as pessoas retornassem às zonas de risco mesmo depois de terem vivenciado os efeitos catastróficos deste fenómeno.

Para testarmos esta hipótese trabalhamos com indivíduos que passaram pelas cheias de 2013 e que vivem no distrito de Chókwè, conscientes de se tratar de uma zona de risco. Assim, como nos dados que nos foram facultados por estes, podemos inferir que a experiência das cheias informa a percepção de risco, mas a percepção de risco não exerce nenhuma influência sobre o retorno às zonas de risco.

Constatamos que os entrevistados resumem as suas experiências de cheias a catástrofes, desastres, perdas e desgraças. Estes afirmam que perderam muita coisa como os efeitos das cheias, suas casas, plantações, entes queridos, seus animais de criação, havendo aqueles que afirmam que ficaram sem nada. É a partir destas experiências, como afirma Schutz (1979), que os entrevistados constroem as suas percepções sobre cheias.

Identificamos duas categorias de percepção de cheias. Encontramos entrevistados que afirmam que risco de cheias são perdas e desgraças; e, aqueles que afirmam que risco de cheia é estar propenso a ser vítima de cheias. Tanto num como noutros casos encontramos como base as experiências de cheias. No primeiro caso as cheias se encontram ligadas as perdas e desgraças que causaram e no segundo os efeitos das cheias são assumidos como vitimando todos os que estão na zona de risco.

Agora, quanto ao facto de termos afirmado que a percepção de risco de cheias influencia o retorno às zonas de risco, constatamos que os entrevistados têm consciência de risco e que estando em Chókwè estão sujeitos a sofrer mais uma vez esse risco.

Porém, ainda assim, retornam a Chókwè, porque? De acordo com os dados, os entrevistados retornam às zonas de risco impulsionadas pela necessidade de satisfação de necessidades construídas ao longo de sua estadia no distrito de Chókwè. Deste modo, são

os benefícios oferecidos neste distrito que não igualmente oferecidos em Chiaquelane que levam o retorno àquelas zonas.

Ao longo do trabalho fizemos referência ao facto de os entrevistados procurarem manter-se em alerta quanto a informação sobre a possibilidade de ocorrência de chuvas; enquanto estiverem em zonas de risco, pois lhes permitirá adoptar medidas de respostas. Estas não as aprofundamos pelo que fica em aberto o seu estudo.

Referências Bibliográficas

- ✓ Almeida, A. B; *A gestão do risco de em sistemas híbridos: conceitos e metodologias aplicadas a vales com barragens*; In: Actas do 6º Simpósio da Hidráulica e recursos dos países de língua oficial portuguesa; APRH; Cabo Verde; 2003; pp. 647-661.
- ✓ Barca, A. e T. Santos, *Geografia de Moçambique*; vol 1; Parte Física; INDE, Editora Escolar; Maputo; 1992.
- ✓ Beck, Ulrich; *La Sociedad del Riesgo Global*; Editora SigloVeintiuno; Madrid; 2002.
- ✓ Berger, P e Luckmann, T; *A Construção Social da Realidade*; 2ª ed; Dinalivro; Lisboa; 2004.
- ✓ Canivete, F. Belchior; *KudzalaKwaMadzi: Convivência e Percepção Social do Risco de Cheias da Comunidade de Canhoza, na Localidade de Chinssamba, Posto Administrativo de Luabo, Distrito de Chinde*; Universidade Eduardo Mondlane; Maputo; 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento).
- ✓ Chauí, Marilena; *Convite à Filosofia*; 8ª edição; Editora Ática; São Paulo; 1996.
- ✓ Coelho et al; *A percepção social das alterações climáticas e do risco de cheia*; 7º Congresso da Água; Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos; s/d.
- ✓ Coelho, C; Introdução; in: *A percepção social das alterações climáticas e do risco de cheia*; 7º Congresso da Água; Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos; s/d.
- ✓ Costa, A.; *O que é Sociologia?*; Difusão Cultural; Lisboa; 1992.
- ✓ Figueiredo et al; Conviver com o risco- *A importância da incorporação da percepção social nos mecanismos de gestão do risco de cheia no concelho de Águeda*; 8º Congresso Luso- Afro- Brasileiro de Ciências Sociais; Coimbra; 2004.
- ✓ Duarte et al; *Cheiasurbanas e sua percepção: o caso da bacia do Rio de Odivelas*; Departamento de Geografia; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa; s/d.
- ✓ Granjo, Paulo; *Trabalhamos Sobre Um Barril de Pólvora: homens e perigo na refinaria de Sines*; Instituto de Ciências Sociais; Lisboa; 2004.

- ✓ Giddens, Anthony; *O mundo na era da Globalização*; 3ª ed; Editorial Presença; Lisboa; 2001.
- ✓ Gil, António Carlos; *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*; 5ª ed; Editora Atlas; São Paulo; 1999.
- ✓ Guivant, J; *A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social*; Revista Brasileira de Informações Bibliográficas- ANPOCS; nº 46; 1998.
- ✓ Lakatos, E. M. & Marconi, M. A; *Metodologia Científica*; Edições Atlas; ; São Paulo; 1993.
- ✓ Lihabe, Danúbio; *Cheias e reassentamento de populações no vale do Zambeze: velhos problemas, novas soluções? I*; Departamento de Arqueologia e Antropologia-Universidade Eduardo Mondlane; Maputo; 2009.
- ✓ Lima, Maria L; *Percepção de Riscos Ambientais em Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*, Luis Soczka; Edições Calouste Gulbenkian; cap. 7; p. 203-245; Lisboa; 2005.
- ✓ Lupton, Deborah; *Risk: Key e Ideas*; Oxon; Routledge; 1999.
- ✓ Mafinda; Dias A. T; *Estudo do impacto das cheias de 2001 nas práticas agrícolas e nos meios de sustento das famílias na região do vale do baixo púnguè*; Universidade Eduardo Mondlane; Maputo; 2006. Monografia (Licenciatura em Agronomia).
- ✓ Manjate, Gilda Inocência; *Calamidades Naturais- Estratégias para Prevenção, Mitigação e Gestão cheias 1977-2000: estudo de caso do Vale do Baixo Limpopo (Distrito de Xai-Xai)*; Universidade Eduardo Mondlane; Maputo; 2006. Monografia (Licenciatura em História).
- ✓ Mate et al; *Estudo Sócio-Antropológico sobre Reassentamento pós-cheias no vale do Zambeze-2008: Tete, Manica, Sofala e Zambézia*; Departamento de Arqueologia e Antropologia-Universidade Eduardo Mondlane; Maputo; 2008.
- ✓ Minayo, M; *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*; 9ª ed; Editora Hucitec; São Paulo; 1987.
- ✓ Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van; *Manual de Investigação em Ciências Sociais*; Gradiva; Paris; 2005.

- ✓ Schutz, Alfred; *Fenomenologia e Relações Sociais*. In: Wagner, Helmut R; Zahar editores; Rio de Janeiro; 1979.
- ✓ Valente et al; *Entre os riscos e benefícios; Análise da Percepção Social do Risco em duas comunidades mineiras*; VI Congresso de Sociologia; 25 a 28 de Junho de 2008. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: http://www.aps.pt/vi_congresso/pdfs/706.pdf. Acessado no dia 23 de Março de 2013.
- ✓ -----; “A percepção social das alterações climáticas e do risco de cheia”; in 7º Congresso da água; 2005; Disponível em: www.aprh.pt/congressoagua2004/PDF/64.PDF. Acessado no dia 21 de Março de 2014.

Outros Documentos

- ✓ Abdula, A.&Taela, K; Avaliação das Capacidades de Gestão do Risco de Desastres; Ministério para Coordenação da Acção Ambiental; Maputo; 2005.
- ✓ IFRC &RSC; *Word disaster report*; Geneva; 2000.
- ✓ INGC, UEM& FEWS NET; *Atlas para preparação e resposta contra desastres na bacia do Limpopo*; Credacommunications (pty) Ltd; Cidade de Cabo.
- ✓ INGC; Informação sobre a situação de Emergência; Informação ao CM N°06/CM/2013; Maputo; 2013.
- ✓ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA); *Avaliação da Vulnerabilidade as mudanças climáticas*, MICOA; Maputo; 2005.
- ✓ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA); *Programa de Acção Nacional para a adaptação as mudanças climáticas*; Maputo; 2007.
- ✓ Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA); *Avaliação Quantitativa da Situação de Segurança Alimentar (EFSA) nos Distritos da Província de Gaza afectados pelas Cheias e Tendências até Março/ Abril 2014*; Relatório Moçambique EFSA; Versão Final Revista; 2013.
- ✓ Relatório do Ministério da Administração Estatal; *Perfil do Distrito de Chókwè- Província de Gaza*; 2005.

ANEXOS

Anexo 1: Guião de Entrevistas

Neste contexto, as informações a serem recolhidas serão tratadas de forma que não haja indicação de qualquer aspecto que possa identificar os entrevistados.

Caro(a) entrevistado (a), esta pequena entrevista surge no âmbito da realização de um trabalho de carácter académico e visa recolher informações sobre as percepções sociais do risco de cheias, como residentes de Chókwè. Esperamos a sua colaboração e desde já agradecemos pela sua compreensão. Obrigado.

I Secção

1. Dados pessoais (18-70 anos de Idade)
--

1. Idade
2. Residência
3. Há quantos anos vive no distrito
4. Nível Académico
5. Profissão
6. Estado Civil
7. Nro do Agregado Familiar

II Secção

1. Experiência de Cheias

2. Já enfrentou ou viveu uma situação de cheias? Se sim, Quando?
3. É possível saber que haverá uma cheia?
4. Que efeitos as cheias que vivenciou trouxeram na sua vida?
5. Quais são os prejuízos que as cheias trouxeram a sua zona e a si particularmente?
6. Quais são os benefícios que as cheias trouxeram a sua zona e a si particularmente?
7. Se já viveu uma situação de cheias, porque voltou a morar nesse local?
8. Quais são as zonas não propensas às cheias? Ou zonas seguras?
9. Qual é nome do local onde esteve a viver no período das cheias?
10. Porque saíram desses locais e voltaram a viver aqui?

2. Percepção Social de Risco

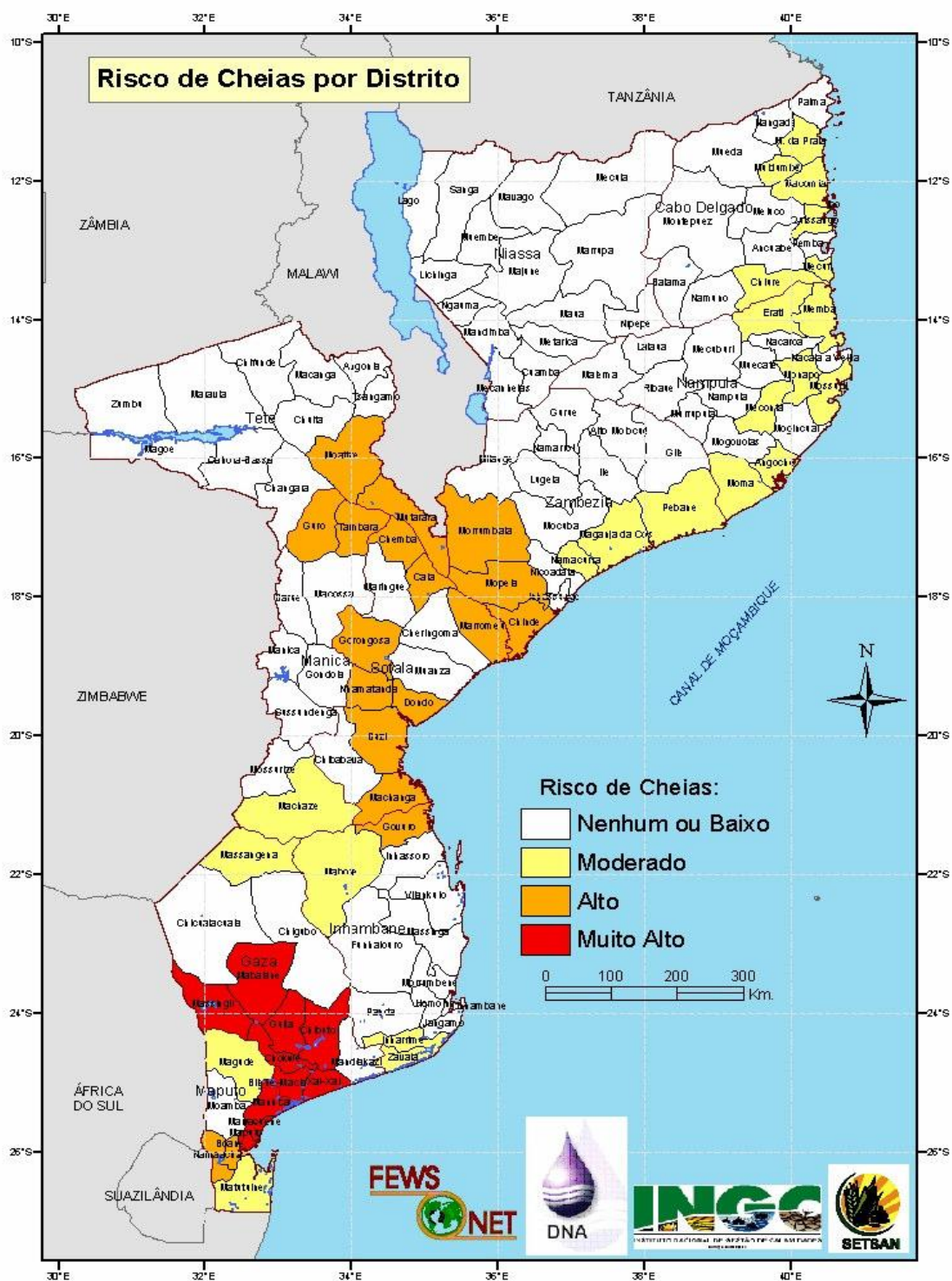
1. O que entende sobre o risco de cheias?
2. Em sua opinião o que pensa do facto de apontarem esta zona como sendo de risco?
3. Sua opinião quem está exposto ao risco de cheias?
4. Em que período estão expostos ao risco de cheias?
5. Dentro do distrito quais são as zonas mais expostas ao risco de cheias?
6. Se sim, em sua opinião quais são os principais riscos a que estão sujeitos por continuarem a viver nessas zonas?
7. O que faz no caso de se encontrar em uma das situações atrás mencionadas? (Refere-se aos riscos enumerados).

3. Convivência com o risco de Cheias

1. O que levou você e sua família a escolher ou vir morar nesse lugar?
2. Você sabia que este local é propenso às cheias? (Nota: Caso sim, questione o que você acha da construção e localização da sua casa e família neste local. E se a resposta for não explique e continue com as questões seguintes).
3. O que faz com que vocês voltem para estas zonas quando as cheias param?
4. Quando vocês voltam às zonas de risco como fazem as actividades sabendo que estão numa zona exposta ao risco?
5. Dentre os factores que apresentou existe alguns que são considerados importantes ou que tem mais impacto em relação a outros factores? Se sim, por que é que considera estes factores importantes?
6. Tem algum comentário ou algo que queira deixar ficar? Se sim deixa-o ficar.
7. Considerações finais.

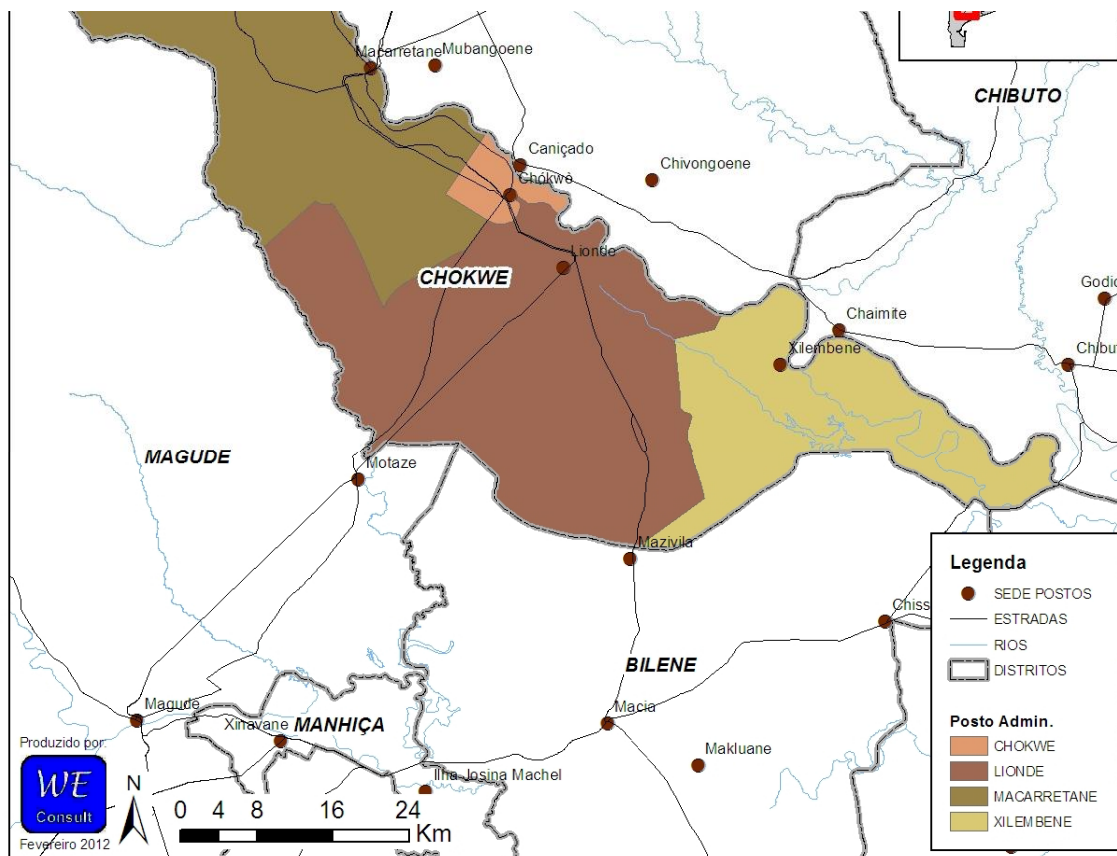
MUITO OBRIGADO, SUAS RESPOSTAS E A SUA COLABORAÇÃO FORAM MUITO UTÉIS

2014



Anexo 3: Figura1: Mapa das zonas de risco de cheias por distrito.

Figura 2: Localização geográfica da área de estudo



MAE, 2005; Relatório sobre a capacidade institucional do Distrito de Chókwe.

Anexo 4: Fotografias do Bairro de Reassentamento de Chiaquelane

Fotografia 1: Lona que serve de aconchego ou mesmo de casa- 1º Bairro



Fonte: Original, Énia da Tânia Leonardo (2014).

Fotografia 2: Tenda usada como espaço de aconchego ou mesmo casa- 3º Bairro



Fonte: Original, Énia da Tânia Leonardo (2014).

Fotografia 3: Casas de banho contruidas com paus, bambus e cobertas de plástico- 3º Bairro



Fonte: Original, Énia da Tânia Leonardo (2014).

Fotografia 4: Uma tenda que serviu de casa, totalmente rasgada- 4º Bairro



Fonte: Original, Énia da Tânia Leonardo (2014).

Fotografia 5: Duas casas contruídas a base de paus, lonas e plásticos- 5º Bairro



Fonte: Original, Énia da Tânia Leonardo (2014).

